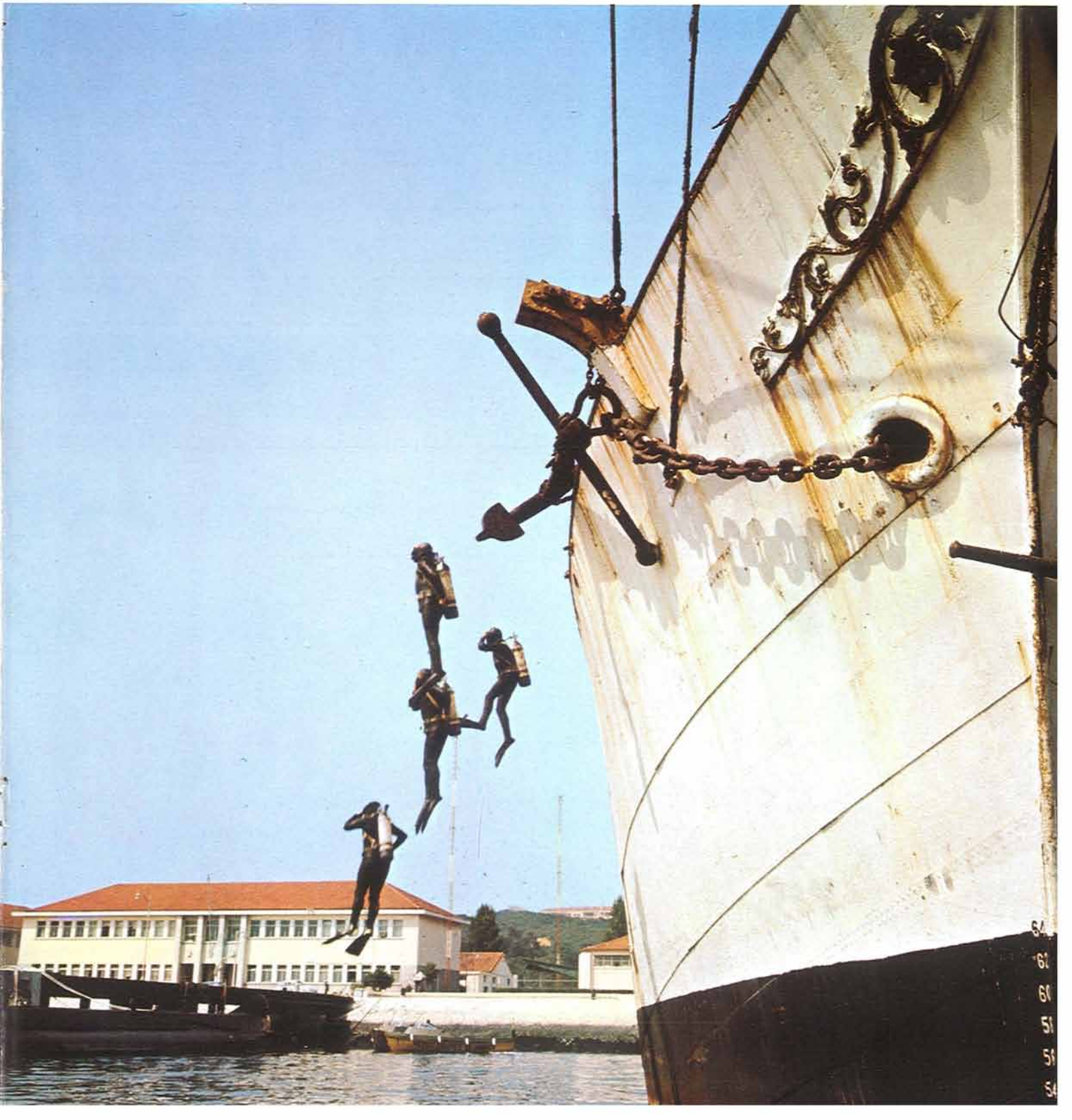
Revista da Armada

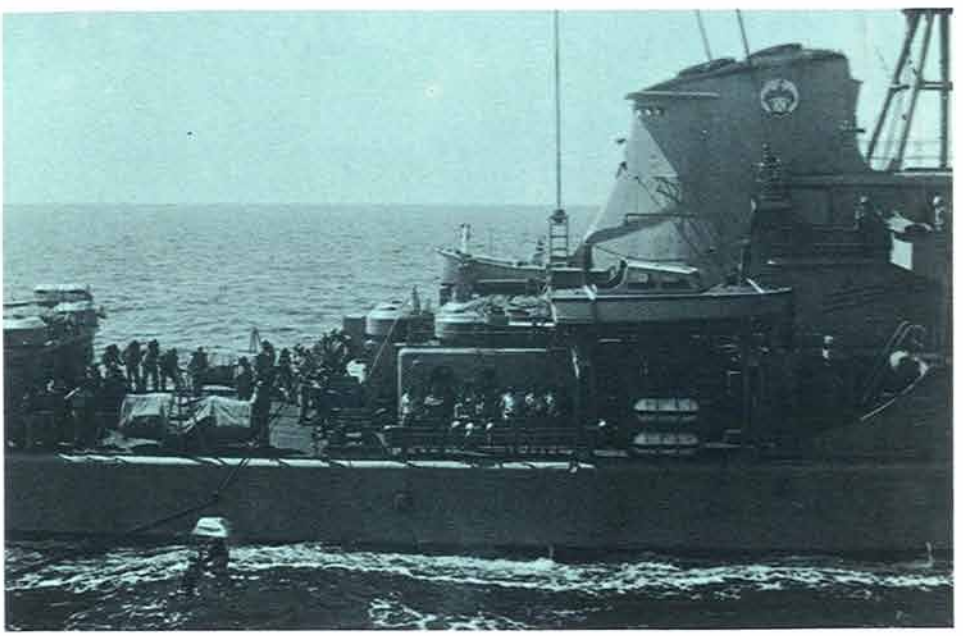
Nº 36/SETEMBRO 1974/ANO IV



Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
O. Lemos	**Bibliografia**	4
O. Lemos	**Ciências, Artes e Letras** Egas Moniz – Prémio Nobel da Medicina *No Centenário do seu Nascimento*	6
Redacção	**Voz da Abita**	8
I. Quintinha	**Henri Durant** – Fundador da Cruz Vermelha	10
M. Horta	**Notícias Pessoais**	12
S. Elpídio	**Terminologia Naval**	13
S. Machado	**A «Revista da Armada» na Conferência de Imprensa da Operação «FAMOUS»**	14
G. Brandão	**Filatelia**	17
M. do Vale	**Conversa entre Marinheiros**	18
C. Júnior	**Liberdade**	24
T. Silva/M. Horta	**Desportos**	25
S. Elpídio	**Reportagem**	29
S. Machado	**Quarto de Folga**	32

Teleférico



(Foto do asp. EMQ. Castro Figueiredo.)

REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração

Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N.º 36/SETEMBRO DE 1974/ANO IV

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

Na capa:

Escola de Mergulhadores da Armada
Saltando para a água... estranho bailado.

(Foto de A. Fernandes, Fotog. do Gab. de Fotogr. do EMA)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura

SALVÉ REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Não pode a «Revista da Armada» deixar de manifestar o seu regosijo numa altura destas. A Guiné, a nossa querida Guiné, a Guiné que os marinheiros trazem no coração há tantos anos, vai ser uma nação livre e independente. Assim o quer o seu povo e, por ser de toda a justiça, assim será.

Glória aos navegadores que a descobriram para o Mundo; glória aos portugueses que lá se fixaram transmitindo-lhe a sua língua, a sua cultura, os seus costumes e a sua religião; glória aos que lá lutaram por uma Guiné melhor, de um lado e outro, para se conseguir finalmente uma paz honrosa e verdadeira; glória aos mortos e estropiados em combate, brancos e negros, as grandes vítimas de todas as guerras.

Perdoemo-nos mutuamente o mal que fizemos, demo-nos as mãos e, unidos como irmãos que somos, olhos postos na bandeira verde-rubra e amarela, gritemos bem alto, com toda a alma: VIVA A GUINÉ-BISSAU... VIVA!

Que os deuses lhe sejam propícios, que entre com o pé direito no concerto das nações, que seja feliz! São os votos amigos e muito sinceros da Armada Portuguesa, pela voz da sua Revista.

Com.

Bibliografia

O CANTO E AS ARMAS (Poesia)
por Manuel Alegre

O poema de Manuel Alegre «O Canto e as Armas» tem uma dimensão heróica e lírica que, desde uma proposição virgiliana nos conduz, por caminhos de pendor camoneano, à nostalgia de um António Nobre. Manuel Alegre sustenta, sem desdouro, esse confronto que é quase destemor para nos dar uma poesia cheia de autenticidade; digo autenticidade porque, embora nos relembre intencionalmente aqueles Maiores que puseram Portugal em verso, não precisou de lhes pedir emprestado o estro.

Canto as armas e os homens
as pedras e os metais
e as mãos que transformando
se transformam. Eu canto
o remo e a foice. Os símbolos.
Canto o martelo e a pena.
Meu canto é uma guitarra
tangida pelo Tempo.

No pensamento de Manuel Alegre, o seu país é aquele Portugal que ele mesmo sente caminhando, perdido por atalhos sem destino de um sofrimento sem proveito. As lições da História, tira-as Manuel Alegre para fundamentar uma visão do futuro frontalmente oposta à visão daqueles que, num passado recente, se arrogaram o direito de possuir a «única visão correcta». Por isso cantou esse país que ama (de uma forma tanto mais viva quanto mais lhe fora negado o direito de amá-lo) em versos onde transparece o desencanto de o sentir transviado, colhendo sem semear, escravizando e escravo, engordando os outros e ele próprio magro, olhando os longes e não reparando nas chagas do seu próprio corpo e nos vazios da sua alma sem direitos.

Manuel Alegre não é, todavia, um poeta desesperado. É sim um poeta da esperança. E acodem-me ao pensamento aqueles magníficos versos de Antero: «... porém o coração feito valente / na escola da tortura repetida / e no uso do penar tornado crente / respondeu: desta altura vejo o amor / viver não foi em vão se é isto vida / nem foi demais o desengano e a dor». Ao contrário do que afirmam aqueles que o pretenderam denegrir, Manuel Alegre não repudia nem pretende atraiçoar a História. Respeita-a na sua grandeza nem sempre clarividente e ao longo de «O Canto e as Armas» enquadra-a, com devoção e respeito, no cântico de Camões.

«No mar tanta tormenta e tanto dano,/ tantas vezes a morte apercebida! / Na terra tanta guerra, tanto engano,/ tanta necessidade aborrecida!».

A voz do poeta ergue-se, então, num canto repassado de nostalgia, sem brados nem jactâncias:

Já meu país foi uma flor de verde
pinho.
País em terra. (E semeá-lo uma
[aventura.)
Depois abriu-se o mar como um
[caminho.
Depois o bosque se fez barco e o
[barco arado
dessa nova e fatal agricultura:
colher no mar o fruto nunca
[semeado.

Não podemos deixar de entrever aqui um quase eco da voz do «velho do Restelo». Isso poder-nos-ia dar de Manuel Alegre uma imagem que tantas vezes foi abusivamente evocada pelos «heróis» de tribunas fáceis, se não soubéssemos bem que a voz da prudência não é, como tanta vez se faz crer, a voz da traição. Quando D. Sebastião retorquiu, a quem ponderadamente o aconselhava sobre a projectada jornada de Alcácer-Quibir: «Duque, de que cor é o medo?», recebeu por resposta: «Tem por vezes a cor da prudência!»

Belo poema é sem dúvida o que tem por tema a afirmação do Portugal independente e livre saído de Aljubarrota. Poema síntese, onde se condensa um país inteiro que desabrocha desse cálice fantástico que é o primeiro verso.

E a carne se fez verbo. E o sangue
[ideia.
E a ideia se fez força e canto
[e espada.
E trigo semeado e gesto que
[semeia.
Era um país futuro em cada aldeia
era um país de música nas mãos
[sem nada.

Eram armas e homens vestidos
[de vento
era um tempo de ser ou de não ser
camponeses tambores e uma
[espada a escrever
com teu sangue em teu chão teu
[nome português.
Era Lisboa revoltada e a tempes-
[tade
em mil trezentos e oitenta e três:
Portugal a formar-se e a liberdade
escrita em seu nome com punhais
[de vento.

Manuel Alegre, canta então, a partir dessa jornada de grandeza e afirmação de um povo a peregrinação histórica que o conduziu a encruzilhadas onde o poeta sente que nem sempre os fados favoreceram o destemor e o ânimo

e o povo generoso e sacrificado colheu os frutos do seu sangue. Vê-se que Manuel Alegre tem uma mágoa imensa que assim tivesse acontecido e que, ao termo de esforços sobre-humanos, depois de descobrir um mundo, esse povo não tenha conseguido descobrir os oitenta e nove mil quilómetros quadrados do chão que o criou. Glorioso mas desserdado da fortuna! «Nenhum Brasil foi teu, nenhuma ilha!...»

Depois o bosque se fez barco.
[E ramo a ramo
foi remo e quilha.
Era um povo a perder-se por seu
[amo
que perdia o seu povo de ilha em
[ilha.

Eras tu que morrias na morte das
[lavras
eras tu que ficavas cada vez mais
[nu.
E a cada terra onde chegavas
eras tu
que morrias na terra que deixavas.

Porque nenhum Brasil foi teu.
[Nenhuma
ilha tua. Em cada barco terra a
[terra
perdeste a pátria por achar.
[E guerra a guerra
por tuas armas te perdeste. E o
[mais foi espuma.

E o teu sangue corria por dentro
[das lavras.
Construías muralhas e ficavas
pedra a pedra cercado. E desar-
[mado
eras tu que morrias nas batalhas
enredado nas armas que tecias:
malhas onde sem glória te perdias.

E as fogueiras ardiam. Inventavas
[fantasmas.
E era o teu corpo o corpo que
[queimavas.
Eras tu que cantavas dentro das
[palavras
tecendo desarmado o canto e as
[armas.

Um certo culto tendencioso do passado anatemizava todo aquele que, numa análise mais desapaixonada da história, de algum modo a desmitificava. Manuel Alegre é um desmitificador, mas não odeia o objecto do mito. Esse país que é seu também, queria-o ele iluminado pela luz viva da razão e da verdade, país de todos, não de alguns. E canta treze anos de amargura, em que um povo abnegado se gasta sem que o deixem discutir os porquês, esforço vão, não fôra a porta aberta ao fim da luta por onde a luz entrou, mostrando os caminhos direitos dos direitos de todos.

Às onze da manhã de mil novecen-
[tos e sessenta e dois
quebrou-se o meu relógio entre
[Quipedro e Nambuangongo.
E desde então o tempo é um
[ditongo
entre não haver ontem e não haver
[depois
no meu relógio entre Quipedro e
[Nambuangongo.

Não sei se riam se choravam se
[gritavam
eu não sei que palavras se diziam.
Estão ali estão ali. E disparavam.
E de súbito um berro. E de súbito
[um estrondo.
E não sei que diziam: se choravam
[se riam.
Estão ali estão ali. E disparavam.
às onze da manhã entre Quipedro
[e Nambuangongo.
E nunca mais houve ontem nem
[depois...

O facto é que houve um «depois» que veio dar significado à dor e ao canto de guerra;

Acenderam-se as armas pela
[noite dentro.
Quem rebenta? Quem morre?
[Quem vive? Quem berra?
Há um vento de lamentos nos
[lamentos do vento.
Metralhadoras cantam a canção
[da guerra.
Cantam granadas a canção da
[morte.
E há uma rosa de sangue à flor da
[terra.
Morrer ou não morrer é uma
[questão de sorte.
Metralhadoras cantam a canção
[da guerra.

Houve efectivamente um «depois»... E agora, o poeta poderá cantar, com todos, a canção da paz sem ter que evocar, como o fez no mais belo soneto do livro, em que Camões lhe sorri – não de desdém – o dia da partida:

Aquela clara madrugada que
viu lágrimas correrem no teu rosto
e alegre se fez triste como se
chovesse de repente em pleno
[Agosto

Ela só viu meus dedos nos teus
[dedos
meu nome no teu nome. E demo-
[rados
viu nossos olhos juntos nos
[segredos
que em silêncio dissemos sepa-
[rados.
A clara madrugada em que parti.
Só ela viu teu rosto olhando a
[estrada
por onde um automóvel se
[afastava.
E viu que a pátria estava toda em ti.
e ouvi dizer-me adeus; essa pala-
vra que fez tão triste a clara ma-
[drugada.

Cada poema é um cântico de exilado; «eu já passei fronteiras que doíam muito».
À medida que avançamos sentimos a afinidade do poeta com António Nobre, cantando um país de emigrantes, «um país por achar»:

Georges: tu que já foste com
[António Nobre
ao meu país de marinheiros
anda ver Portugal a um bairro
[pobre
anda vê-lo em Paris sem mar e sem
[pinheiros.

Por entre «canções com lágrimas e armas» e palavras que foram proibidas... Manuel Alegre põe fim ao poema apontando um rumo:

Que o poema diga o que é preciso
que chegue disfarçado ao pé de ti
e aponte a terra que tu pisas e eu
[piso.

E que o poema diga: o longe é
[aqui.

O. Lemos
Cap.-frag.

Ciências Artes e Letras

EGAS MONIZ

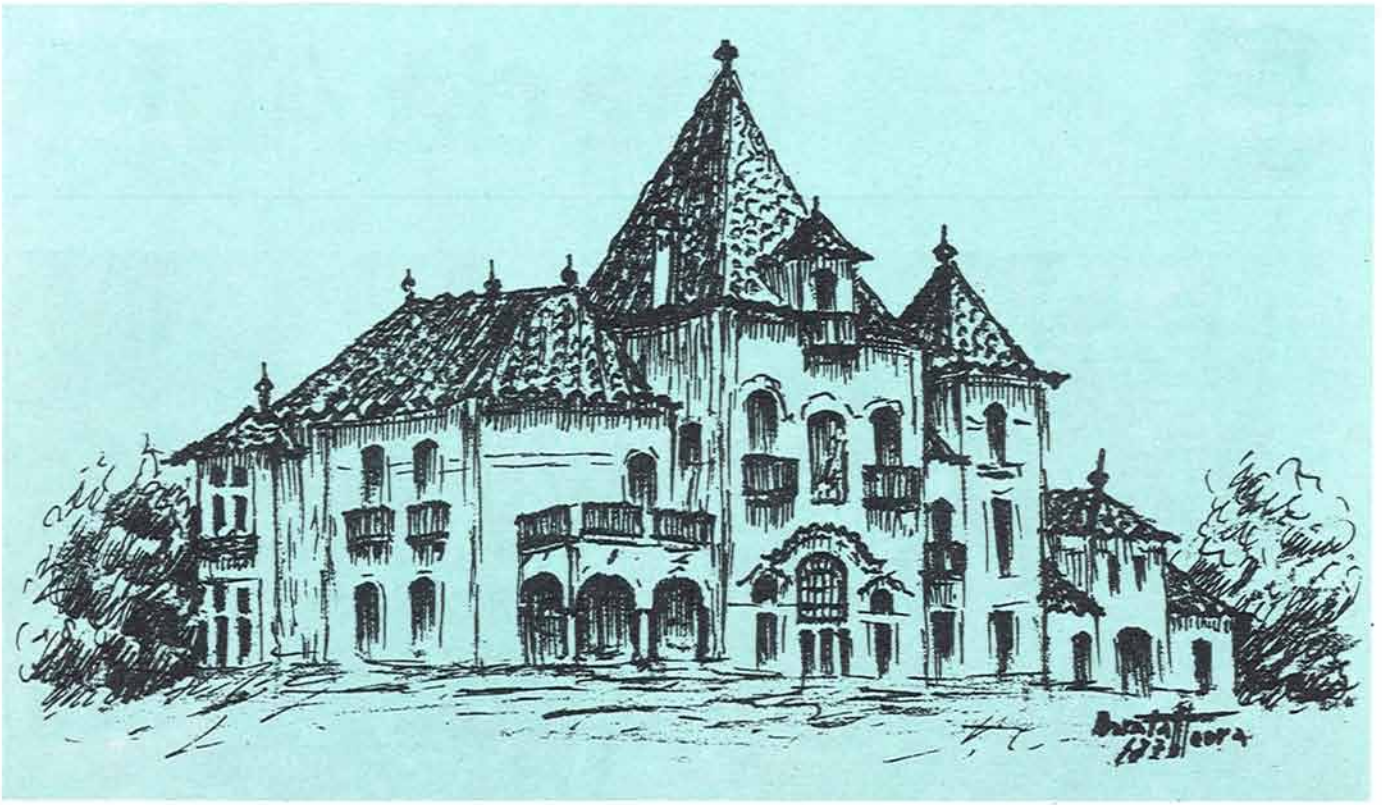
Prémio Nobel da Medicina

No Centenário do seu Nascimento

Decorre este ano o centenário do nascimento (em Avanca, em 1874) do Professor Egas Moniz, médico neurologista que, mercê dos seus notáveis trabalhos de investigação no domínio da arteriografia e cirurgia cerebrais, foi galardoado com o Prémio Nobel. Cientista de renome mundial, foi o único português que até hoje trouxe para o País a honra de um tal prémio. Dedicou toda a sua vida de investigador à localização e cirurgia de tumores cerebrais e à neurocirurgia como meio de curar ou atenuar o sofrimento dos doentes mentais.

Em Agosto de 1948, quando teve lugar em Lisboa o 1.º Congresso Internacional de Psicocirurgia, cujo tema era a leucotomia, os membros dos 27 países representados, tendo em consideração os altos serviços prestados à Ciência e à Humanidade pelas duas notáveis descobertas do professor Egas Moniz, resolveram, na sua última sessão, sugerir a apresentação do seu nome à candidatura ao Prémio Nobel da Medicina. Essa distinção é-lhe conferida no dia 27 de Outubro de 1949, tendo em conta a sua descoberta do valor terapeuta da leucotomia pré-frontal no tratamento de algumas psicoses.

Este facto ímpar para o nosso país não teve a merecida projecção nacional porque o professor Egas Moniz era então uma figura de democrata desafecta dos círculos governamentais para quem o génio interessava menos do que a subserviência política.



A Casa do Marinheiro. Desenho de Barata Moura.

Estudioso e lutador, nunca desanimou perante os fracassos e ao longo da sua vida de médico teve de vencer as enormes contrariedades que um meio científico com muitas limitações materiais lhe punha no caminho. Era um homem persistente e nem mesmo quando um doente mental em 1939 lhe despejou no corpo as oito balas de uma pistola abandonou a neurologia. Sem o indicador da mão direita e com quatro balas alojadas no tórax, a convalescença foi lenta e difícil. Recuperou no entanto, para continuar a sua vida de estudo e experimentação que completamente o absorveram até conseguir resultados positivos na visualização das artérias cerebrais e subsequente intervenção cirúrgica.

No âmbito do tratamento de certas doenças mentais, inventou a leucotomia e o aparelho que a possibilitava – o leucótomo –, pequena cânula de 11 centímetros de comprimento e 2 milímetros de espessura que, introduzida em dois orifícios praticados no osso frontal, à esquerda e à direita do septo, ia cortar determinadas zonas da massa encefálica e libertar o doente do seu sofrimento psíquico. Os grandes colaboradores de Egas Moniz foram os professores Almeida Lima e Amândio Pinto, que grandemente o auxiliaram e foram os continuadores da sua obra.

Egas Moniz não foi apenas o cientista de fama que passou à História pelas suas descobertas no âmbito da Medicina. Foi também um humanista. Escritor brilhante, escreveu diversos ensaios e estudos, nomeadamente sobre a obra e personalidade de Júlio Dinis. Conhecedor das coisas da arte, apreciou e encorajou os pintores do seu tempo, admirando especialmente Malhoa e Silva Porto.

Sendo, como era, um homem notabilíssimo, aliava a um conjunto invulgar de qualidades aquela que mais o humanizava – a modéstia.

Nunca pretendeu a glória e nunca se exibiu.

Recordo-me ainda de certa noite em que estando eu numa reunião de curso em Aveiro, ao assistir a um espectáculo académico, alguém fez notar a presença do ilustre homem de ciência. A assistência, de pé, rompeu em palmas delirantes e foi a muito custo que o velho professor acedeu a destacar-se do seio da assistência em que anonimamente se confundia.

Tendo herdado um pequeno palacete de seus avós, em Avanca, transformou-o num belo retiro onde passou os últimos anos da sua vida. Chamou-lhe Casa do Marinheiro e legou-a, transformada em Museu, ao município de Avanca. Esta casa, mais que um museu recheado de valiosíssimas obras de arte, encerra recordações de toda uma vida. Visitá-la é comungar, na companhia de tocantes evocações, uma presença que nos acena do passado através de coisas íntimas que as suas mãos tocaram. A cadeira onde descansou até ao fim, recorda-nos a doença que o afligia e que por fim o venceu – a gota.

Uma enorme biblioteca lembra-nos a estatura intelectual de quem a reuniu e compulsou. Saímos dessa visita com a certeza de que ali viveu um verdadeiro Homem.

O. Lemos
Cap.-frag.

Voz da Abita

Esta foto foi tirada no Caramulo, em 1951, onde se vêem o autor e outros colaboradores que puseram de pé o Rádio Oceano. Esclarece-se que a primeira emissão deste posto emissor foi para o ar em 23 de Outubro de 1950.

Do nosso assinante e ex-grumete torpedeiro 8329 Mário Gonçalves, de Maçussa, recebemos a carta que abaixo transcrevemos, acerca do artigo «Rádio Oceano», publicado no n.º 33 da nossa Revista:

«14 de Julho 74.

«Ao ler, à data da recepção, a «minha» revista, o meu coração pulsou mais depressa ao deparar-se-me o artigo sobre um dos meus filhos – o Rádio Oceano. Não és um filho como qualquer dos que agora verdadeira e fisicamente tenho e são carne da minha carne, mas quem te deu vida, baptizou e viveu dois anos do princípio da tua carreira contigo nos braços, Rádio Oceano?

«Ao «arranque» é o «espírito de corpo da Armada» que faz os milagres da ajuda dos técnicos Ribeiro e Venceslau, dos locutores Gonzagas (dois irmãos), do colega de quarto Zambujo, e tantos outros que a quem fizer a história detalhada do posto posso descrever melhor o que foram esses tempos. Há que não esquecer a ajuda do nosso bom médico, dr. Otero, do proprietário do Hotel que deu as instalações, do enfermeiro Rodrigues, etc.

«Dos nossos navios chegaram discos, bem como da BBC e do Rádio Graça. Constituímos sócios do posto, indistintamente entre civis e nós, os marinheiros.

«Tenho alguns programas escritos das emissões de então. Venci a doença trabalhando com tanto gosto no meu posto emissor que pelo meu amor à farda logicamente segui a carreira em prol do bom nome da nossa Corporação, e ainda há dois anos dúzia e meia de camaradas de então nos juntámos e visitámos o Rádio Oceano, exactamente no Dia de Portugal.

«Fico agradecido pois se me for possível ter ainda o prazer de entregar a quem por tal se interessar a documentação do início do posto, que vou preparar e, pelo menos, entregar à direcção que estiver em exercício no Rádio Oceano.

«Fraternais saudações do ex-aluno marinheiro 1001 e depois grumete torpedeiro 8329.»

«Em tempo: aproveito para dirigir uma chamada aos alunos marinheiros de 1947 para contactarem por escrito para a minha morada a fim de prepararmos a reunião de confraternização, que está, aliás, vinculada aos recrutas do mesmo ano.»

De D. Maria Augusta da Silva recebemos uma carta de que transcrevemos:

«Lisboa, 28 de Junho de 1974.

«Exm.º Senhor Director da «Revista da Armada».

«(...) Estamos pelo coração e formação democrática indissoluvelmente ligados à heróica Corporação da Armada. Sentimos as vossas alegrias e tristezas como nossas. A razão desta carta é precisamente para vos fornecer material que vos dará reportagem flagrante, relacionada com a Família da Armada, com os homens do mar.

«Pessoas amigas convidaram-nos a almoçar nos arredores de Lisboa. Falaram-nos num lugarejo de seu nome Vale do Inferno, sítio onde encontraríamos restaurante em boas condições. A caminho da Malveira tomando-se como orientação a povoação de Ponte de Lousa, cortando-se à esquerda desta povoação, pouco caminho andado, deparou-se-nos a acolhedora estalagem-restaurante em questão, que fica a cerca de 15 quilómetros da Calçada de Carriche. Após o almoço percorremos demoradamente a mata, pomar e margens do ribeiro que servem de logradouro à estalagem e admirámos emocionados diversas fontes rústicas; não foram as fontes que em si nos surpreenderam, mas a sua linguagem, as suas falas que nos comoveram: todas estão baptizadas com nomes de grandes poetas da nossa Pátria. Não só poetas, mas também nos saltou aos olhos e à sensibilidade nomes de heróis nossos conhecidos e venerados... Entre tantas fontes encontrámos uma dedicada aos heróis da Marinha de Guerra, distinguindo o glorioso nome do almirante Afonso Cerqueira, entre motivos de ingénua mas sincera evocação da Armada. Quando acabámos de ler uma pequena agenda descrevendo um dos actos heróicos do herói da República, do corajoso adversário do salazarismo, ficámos comovidos e, com os olhos rasos de pranto.

«Por toda a mata depararam-se-nos inúmeras gravações de datas históricas das lutas pelas liberdades, máximas de filósofos progressistas gravadas nas pedras rústicas... pensamentos escritos por adversários dos fascistas.

«(...) Recomendaram-nos também a visita da respectiva adega. O traçado da mesma envolve muito amor à Pátria e à Liberdade: lá se encontram os retratos dos combatentes intelectuais mais destacados nas suas acções e nobres atitudes contra os déspotas. Nesse tempo era arriscado fazer exposições com tal significado literário... A curiosidade levou-nos a fazer algumas perguntas. Soubemos que nesse tempo em que os lobos davam ordens esboçou-se ameaças de fecharem a casa devido aos retratos dos escritores da vanguarda expostos na adega...

«Sobre a fonte da Marinha, averiguámos ter sido feita por um velho marinheiro.

«(...) De regresso, ainda elevados por um sonho idealista, julgávamos ver aquela estalagem paradisíaca integrada nos Serviços de Saúde da Armada para repouso dos homens que queimam e gastam a sua vida em defesa de Portugal. (...)

«Somos atenciosamente gratos.»

O contra-almirante Sarmento Rodrigues, cujas carreiras naval e literária são de todos conhecidas, teve a gentileza de nos enviar felicitações pela exortação do Dia da Marinha, publicada no n.º 34 da nossa Revista. Pelo facto ficamos-lhe muito gratos e enviamos-lhe as nossas cordiais saudações.

O MUNDO

Silêncio.
Madrugada.
Solidão amena, mescla de sono;
de amor; de poesia;
de tudo, de nada!

Um dia findou.
O mundo correu, buscou,
[procurou,
lutou e sentiu que nada encontrou.
Gente disparada em louca corrida,
disposta a encontrar tudo menos
[vida.
Não olhou o sol com seu esplendor;
nada viu de belo na simples flor.
Talvez visse ódio onde amor havia,
e perdeu da vida mais um belo dia.

Olhou muito além
onde o mar acaba e o céu começa,
como quem vê alguém
que um dia vai e não mais
[regressa.
Não viu que a seu lado,
bem perto de si a vida existiu:
Não topou com ela, viveu a seu
[modo
tudo quanto o mundo febril exigiu.

Não irmão, não vás ao sabor do
[nada!
No silêncio escuta a voz que te
[chama.
Medita e vê que
o mundo é somente daquele que
[ama.
A teu lado está
alguém que precisa duma mão
[amiga:
Não hesites!
Olha-o de frente;
lê-o no mais fundo,
e num gesto simples verás como
[belo
é ainda o mundo!

Agostinho
Mar. L

HENRI DUNANT

fundador da Cruz Vermelha

Henri Dunant.

Caíra a noite de 23 de Julho de 1859 sobre a planície da Lombardia. Aqui estavam, frente a frente, o exército francês (comandado por Napoleão III e composto por 150 000 soldados) e o exército austríaco (sob o comando do seu imperador Francisco José e constituído por cerca de 200 000 homens). O exército francês ia cumprir a promessa de socorro solicitado pelos italianos que, quase sem tropas, se tinham deixado invadir facilmente pelo poderoso exército austro-húngaro. Além disso, Napoleão via o potencial inimigo junto às suas fronteiras, o que constituía um perigo permanente. Havia, por isso, de lhe dar batalha e obstar às suas ambições expansionistas. O imperador francês jogava naquela altura uma cartada quase decisiva. A noite fora tranquila. De madrugada extinguiam-se os últimos vestígios das fogueiras. Os campos de Solferino estavam calmos. Mas os soldados inimigos vigiam-se atentamente prontos para a batalha. A expectativa é grande. De repente, um clamor tremendo ecoa pela enorme planície. O exército austro-húngaro ataca de improviso. Os franceses sustêm heroicamente o primeiro embate. A luta é terrível. Os canhões atroam os ares; a metralha crepita; os soldados combatem corpo a corpo furiosamente. Os homens caem aos milhares. Pelas 10 horas os franceses, mercê de uma inteligente estratégia, atacam irresistivelmente e obrigam os austríacos a recuar. O exército francês persegue-os e dá-se a debandada austríaca.

O campo de batalha está juncado de cadáveres e feridos. São perto de 40 000 homens. Por entre os mortos ouvem-se os gritos lancinantes dos feridos que agonizam, dos mutilados e cegos a debaterem-se numa luta angustiosa, a luta para preservarem a vida que lhes foge aos poucos. Quadro dramático e dantesco. E são austríacos, franceses, italianos, húngaros, que, lado a lado, já não lutam entre si, mas lutam contra a dor, contra a agonia, contra a morte que os quer levar para sempre. Gritam mas ninguém lhes presta socorro, porque os seus gritos não encontram eco nas planícies da Lombardia. E os agonizantes morrem sem auxílio. Os mortos e feridos estão agora à mercê das aves e dos assaltantes famintos. Ninguém lhes dirige palavras de conforto, ninguém lhes estanca o sangue das feridas. A morte vai levando, pouco a pouco, os soldados.

A Solferino chega um jovem suíço que tem pouco mais de 30 anos. Aquele homem, todo vestido de branco, leva sob o braço um pequeno livro. Quem será? Ninguém sabe, ninguém o conhece. Caminha silencioso. A certa altura pergunta por Napoleão e dão-lhe as indicações, dirigindo-se depois para o local onde na véspera se tinha dado a terrível batalha. Subitamente depara-se-lhe um horrível espectáculo de miséria e dor. O jovem suíço fica consternado diante dos milhares de mortos e feridos. Aquele jovem ali está à cabeceira da dor humana sem saber, sem querer. Naquele momento é apenas um industrial, um genebrino, um homem vulgar que se chama Jean Henri Dunant.

Dunant foi a Solferino procurar Napoleão III a fim de tratar com este assuntos de negócios. O suíço tinha construído no Norte de África alguns moinhos. Mas o negócio corria mal e a falência parecia inevitável por falta de cereais. Dunant, sempre empreendedor e vendo o perigo, vai a todos os ministérios franceses para que lhe concedam terras onde ele próprio possa semear trigo para os seus

moinhos. Todas as tentativas são infrutíferas mas não desiste. Procura finalmente o imperador mas este tinha partido para a guerra. Dunant persegue-o até ao Norte da Itália.

Na manhã de 25 de Julho, Henri Dunant chega a Solferino. E perante o rescaldo da batalha que seus olhos observam, Dunant tudo esquece: o imperador, a sua missão de industrial, os seus moinhos. Agora pensa apenas como socorrer os feridos que gritam dolorosamente. Parte de imediato para as povoações vizinhas a organizar brigadas de voluntários para prestarem os primeiros socorros aos feridos. Num afã prodigioso, as brigadas, sob as ordens de Dunant, transportam os feridos mais graves para lugares mais apropriados. Havia que salvar as vidas daqueles homens que aflitivamente imploravam socorro. Por isso Henri Dunant passou dias e noites sem dormir, a trabalhar ininterruptamente. Não era nem enfermeiro nem médico, mas isso não o impediu nem foi obstáculo à sua acção de socorrer a dor. Das igrejas, das moradias, das escolas, Dunant faz hospitais improvisados onde são tratados austríacos, italianos, franceses e húngaros, sem qualquer distinção.

A partir do primeiro dia da sua chegada a Solferino, Dunant não mais descansou na vida porque um poderoso pensamento nasceu no seu cérebro e no seu coração, pensamento que queria ver materializado custasse o que custasse. Escreve um livro – «Un Souvenir de Solferino» – qua alcança um êxito estrondoso. Nele conta, com grande minúcia, tudo quanto viu. Descreve o horror da guerra, o sacrifício de milhares de homens, a dor espalhada. Pede para que termine a loucura dos poderosos em procura de glórias guerreiras, preconiza a necessidade de organizar brigadas de voluntários que possam socorrer os feridos e propõe que se crie uma associação internacional que garanta a neutralidade dos médicos, enfermeiros e todas as organizações sanitárias. Com este livro Dunant percorre os ministérios e as embaixadas a tentar reunir num congresso representantes de todas as nações. Por fim, e depois de quatro anos de esforços exaustivos, consegue reunir em Berlim um congresso onde estão representadas 14 nações. Durant apresenta o seu projecto que é aprovado. Estavam dados os primeiros passos para a criação da Cruz Vermelha Internacional. Poucos meses depois da jornada de Berlim novo congresso se reune em Genebra. A ideia de

Henri Dunant ministra socorros na batalha de Solferino em 1859.

Dunant tinha entusiasmado e galvanizado os congressistas agora reunidos por convocação do Governo suíço. Genebra chama, nesta altura, as atenções do mundo. Os delegados aprovam oficialmente a Cruz Vermelha. Dunant é freneticamente aplaudido.

Entretanto os tribunais suíços condenam Dunant por falência. Os credores perseguem-no por toda a parte. É que Dunant, durante os anos em que se dedicara inteiramente à criação da Cruz Vermelha, tinha desprezado os seus negócios. Devido à condenação dos tribunais Dunant refugia-se na capital francesa e vê-se obrigado a deixar o posto que com todo o direito ocupava naquela associação internacional. Sem dinheiro e completamente desprovido de quaisquer recursos, chega a dormir debaixo das pontes de Paris. Suportou injustiças, tristezas, misérias, incompreensões. Mas as suas extraordinárias qualidades humanas estavam acima de todas as adversidades. Ele sabia bem que os seus esforços não tinham sido vãos. Por isso suportou tudo resignadamente acalentando com fervor os seus ideais, os seus sonhos de paz e bem-estar para a Humanidade.

Em Paris novos trabalhos o esperam. A cidade está cercada por prussianos. Há mortos e feridos. Dunant, como fizera em Solferino, trata dos feridos. Havia necessidade de atravessar o Sena, o que era empresa arriscada, porque o rio estava ao alcance dos tiros das baterias. Então Dunant, desfraldando pela primeira vez a bandeira da Cruz Vermelha, faz transportar os feridos para a outra margem.

Depois de tantas lutas, de tantos esforços e canseiras e decepcionado pela ingratidão dos poderosos, com a saúde seriamente abalada, Dunant recolhe a um asilo em Heiden (Suíça). Aqui conseguiu restabelecer-se um pouco dos estragos físicos adquirindo também uma equilibrada pobreza dedicando-se ao jornalismo. Por esta ocasião o município de Moscovo oferece-lhe um donativo de 5000 francos considerando que Dunant «era o homem que, no seu século, havia contraído maiores méritos para a Humanidade». Em 1901 foi-lhe concedido o Prémio Nobel da Paz, atribuído pela primeira vez, e que Dunant integralmente ofereceu em benefício das obras da Cruz Vermelha. Morreu em 30 de Outubro de 1910 no asilo de Heiden deixando alguns livros escritos contendo obras de muito interesse para a história da sua época. Este grande amigo da Paz e feroz inimigo da guerra quase constantemente declarava: «encorajar a noção de solidariedade na paz entre as nações é combater a guerra», deixou o exemplo vivo de uma vida prodigiosa que se reflecte, ainda hoje, nos grandes benefícios prestados à Humanidade pela Cruz Vermelha Internacional. Só um homem com o coração e vontade daquele cidadão suíço podia realizar tão elevado sonho. Por isso a figura de Dunant transcende as fronteiras da sua pátria para ser um cidadão do mundo, pois assim devem ser considerados todos aqueles que, poderosamente, contribuem para a felicidade humana seja qual for a latitude que os criou.

Nos livros de leitura das nossas escolas devia figurar a vida deste homem prodigioso e o sentido da sua obra em prol do bem-estar e paz da Humanidade para que as crianças nela vissem o exemplo de quanto pode a vontade quando orientada pelo amor.

Ilídio Quintinha
1.º oficial do Q. P. C. M. M.

Notícias Pessoais

CASAMENTOS

Subtenente RN José Eduardo Dinis de Carvalho com D. Ana Paula Parente Sanches, em 15-6-74.

Aspirante TE RN António Fernando Sousa da Silva com D. Maria Inês Abreu de Oliveira Luzes, em 4-5-74.

Aspirante FZ RN João Manuel Pimentel Cortez Pinto com D. Maria de Fátima Avellar Lopes de Freitas, em 21-6-74.

1.º-sarg. ACM Victor Manuel Chuva Marques da Silva com D. Grace Hutton Birrell, em 28-5-74.

1.º-sarg. FZ Manuel de Macedo Pereira Ramelhe, com D. Maria Helena André Lopes Pereira, em 22-6-74.

10706/Cabo L Francisco Rodrigues Pacheco com D. Ângela Maria da Cruz Quarenta, em 2-6-74.

239/71/Mar. M António Jorge Fidalgo com D. Ana Maria de Jesus Salvado, em 1-6-74.

1336/71/Mar. T Manuel Pinto Ferreira Neto com D. Maria da Glória Pereira Pedroso Campos, em 15-6-74.

2151/69/Mar. TFH José Manuel Marcelino Pita com D. Rosária Henriqueta Sérgio Anjo, em 1-6-74.

129/72/1.º gr. FZV Renato Jorge Nunes Matos com D. Maria José Guerreiro Alves Craveiro, em 1-6-74.

PASSAGENS À RESERVA

Comodoro Eleutério Pires da Cunha, em 19-7-74.

1.º-ten. SG João José Dias Tavares, em 8-7-74.

1.º-ten. SG Joaquim Ferreira Guardado, em 23-7-74.

2.º-ten. SG João Baptista Trindade Guerreiro, em 13-7-74.
1.º-sarg. B Flamiano Ferreira Evaristo, em 2-7-74 (RF).
1.º-sarg. A João da Quadrada, em 20-6-74 (RF).
2.º-sarg. M Simão Alves Barata, em 18-6-74 (RF).
3357/Cabo E José Pereira Teles, em 19-6-74 (RF).
2697/Mar. CM Edmundo Jorge Dias, em 20-6-74 (RF).

APOSENTAÇÕES

Em 31-7-74:
Joaquim Lopes Ribeiro, mestre de 1.ª classe do Q. P. C. M. M.
Manuel da Costa Tabanez, operário especial do Q. P. C. M. M.
Bernardino Simões Ferreira, cabo de ponte do troço do mar do Q. P. C. M. M.

FALECIMENTOS

Comodoro João Maria Alegria, em 24-7-74.
1.º-ten. SG Norberto Joaquim Quatorze, em 31-7-74.
1.º-sarg. H Fernando Pereira Simões, em 25-7-74.
1.º-sarg. aux. RF Eduardo Faustino, em 4-6-74.
1140/Cabo F RF Luís Baptista, em 1-6-74.
1583/Cabo aux. RA Francisco Manuel, em 11-6-74.
1662/Cabo M RF António Narciso, em 13-7-74.
1269/Cabo F RF Custódio Norberto, em 1-7-74.
1700/2.º coz. RF João Francisco Martins, em 8-6-74.
2034/1.º mar. SG RF José António Gil Júnior, em 11-7-74.
1223/64/Mar. T Victor Manuel Cabrita da Silva, em 8-7-74.
1777/72/1.º gr. FZV Fernando Pinto Magalhães, em 21-7-74.

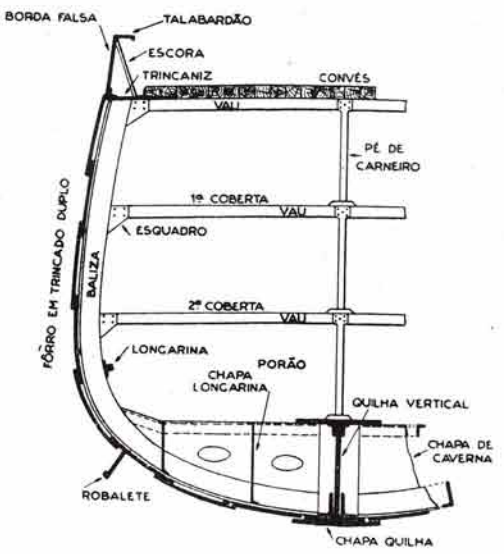
Terminologia Naval

CATURRAR – Diz-se do navio que, devido ao balanço de popa à proa, afoga esta demasiadamente, do que resulta uma diminuição da sua velocidade.

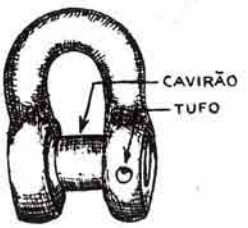
CAVA – Depressão formada entre duas vagas consecutivas.

CAVALGAR – Entrar o mar no navio, em grande quantidade, por cima da borda.

CAVERNA – Parte inferior da baliza no fundo do navio; a parte restante, até ao convés, chama-se braço; ao conjunto das cavernas, ou por extensão, das balizas, dá-se o nome de cavername.



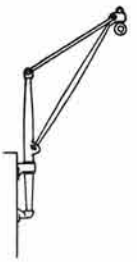
CAVIRÃO – Peça de madeira ou ferro, de forma troncónica que se usa para vários fins: para ligar a alça de um aparelho a um estropo, para ligar dois cabos pelas mãozinhas, etc.; travessão de ferro que serve para fechar uma manilha.



CAZONGUEL – Armário de madeira em forma de tronco de cone, outrora existente a bordo dos navios da Armada, onde era guardado o pão do rancho da marinhagem.

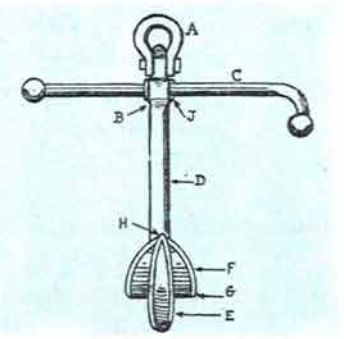
CEGAR A ÁGUA – Impedir a entrada de água no navio por qualquer rombo ou junta defeituosa.

CEGONHA – Lança metálica, reforçada por uma escora, situada junto à borda, destinada à manobra de grandes pesos; também é usada em cais.



CELEUMA – Cantoria da gente do mar durante a execução de fainas pesadas; hoje em dia ainda se pratica nas fainas de pesca; tem também a designação de saloma ou salema.

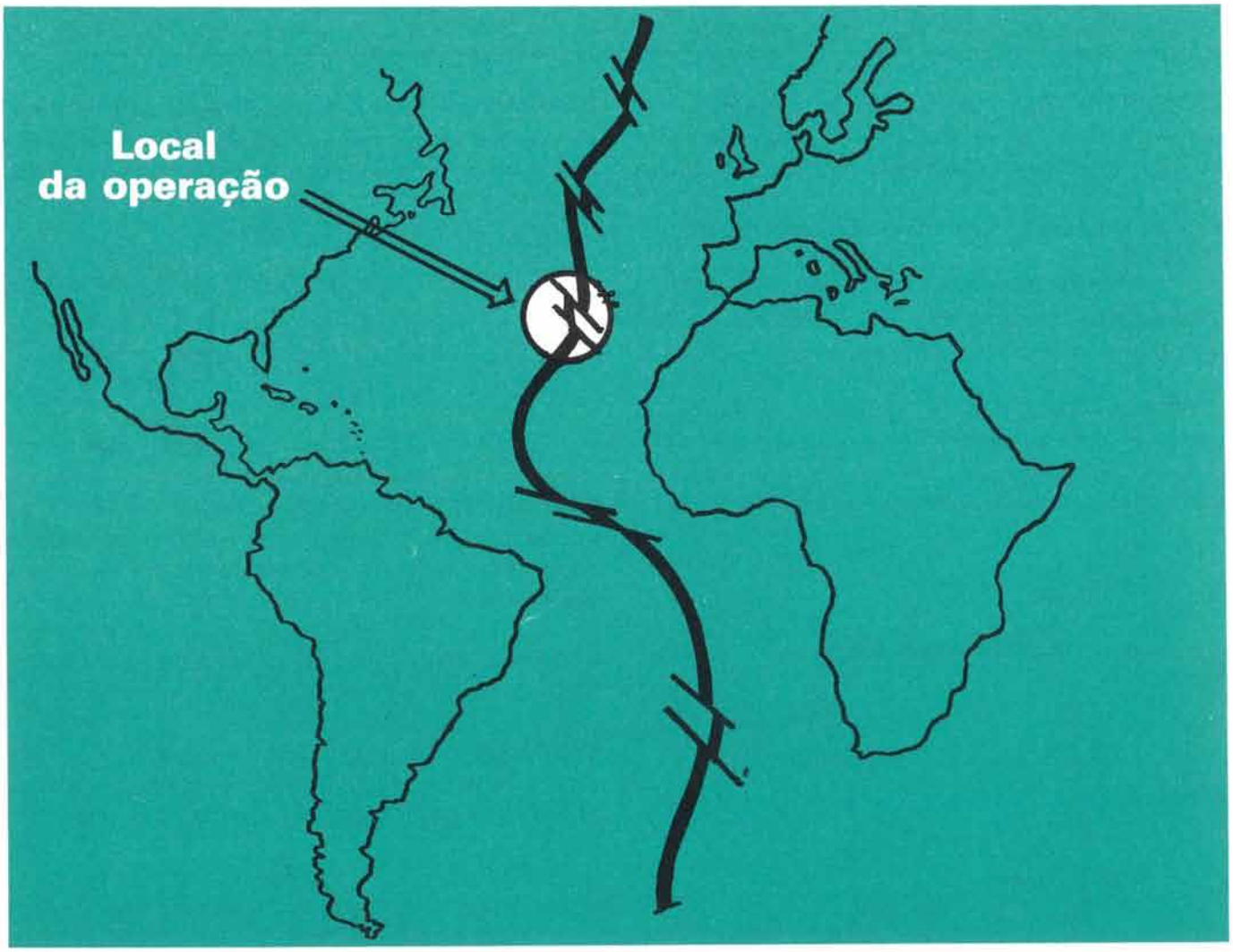
CEPO DA ÂNCORA – Longo varão de ferro passado através do extremo da haste da âncora, perpendicular ao plano dos braços e com um dos extremos recurvado em ângulo recto, destinado a obrigar a âncora a fixar uma das suas unhas ao fundo.



C – Cepo

S. Elpídio
Cap.-frag. AN

A "Revista da Armada" na Conferência de Imprensa da Operação "FAMOUS"

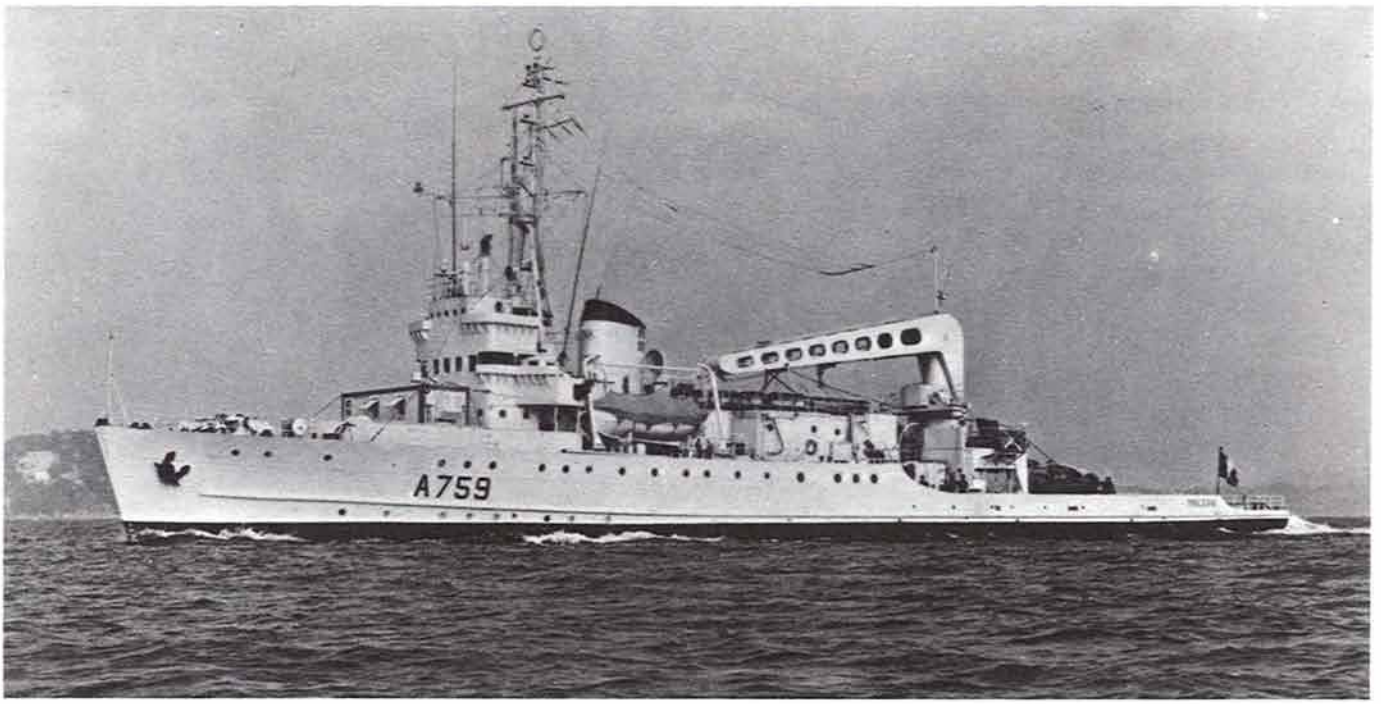


Está bastante divulgada a teoria da separação crescente dos continentes Euro-Africano e Americano, confirmada nos últimos tempos por medições rigorosas que novas técnicas e novos meios tornaram possíveis. As duas massas continentais podem considerar-se como superfícies emersas de grandes

placas da litosfera separando-se gradualmente a partir de uma linha que se situa na mediana atlântica, a qual constituiria assim uma fenda, ou fractura, cujos bordos em movimento de separação originariam fenómenos sísmicos e de vulcanismo no fundo do oceano, imperceptíveis, no entanto, à superfície. (1)

nos escorregamentos, das pequenas fracturas diárias que são os sintomas, ou os elementos mensuráveis, do fenómeno, e de modo algum chegavam à superfície.

Tudo quanto se concluíra até hoje ficava pela verificação de uma cordilheira ou «rift» atlântico correndo de norte a sul, exactamente na linha me-



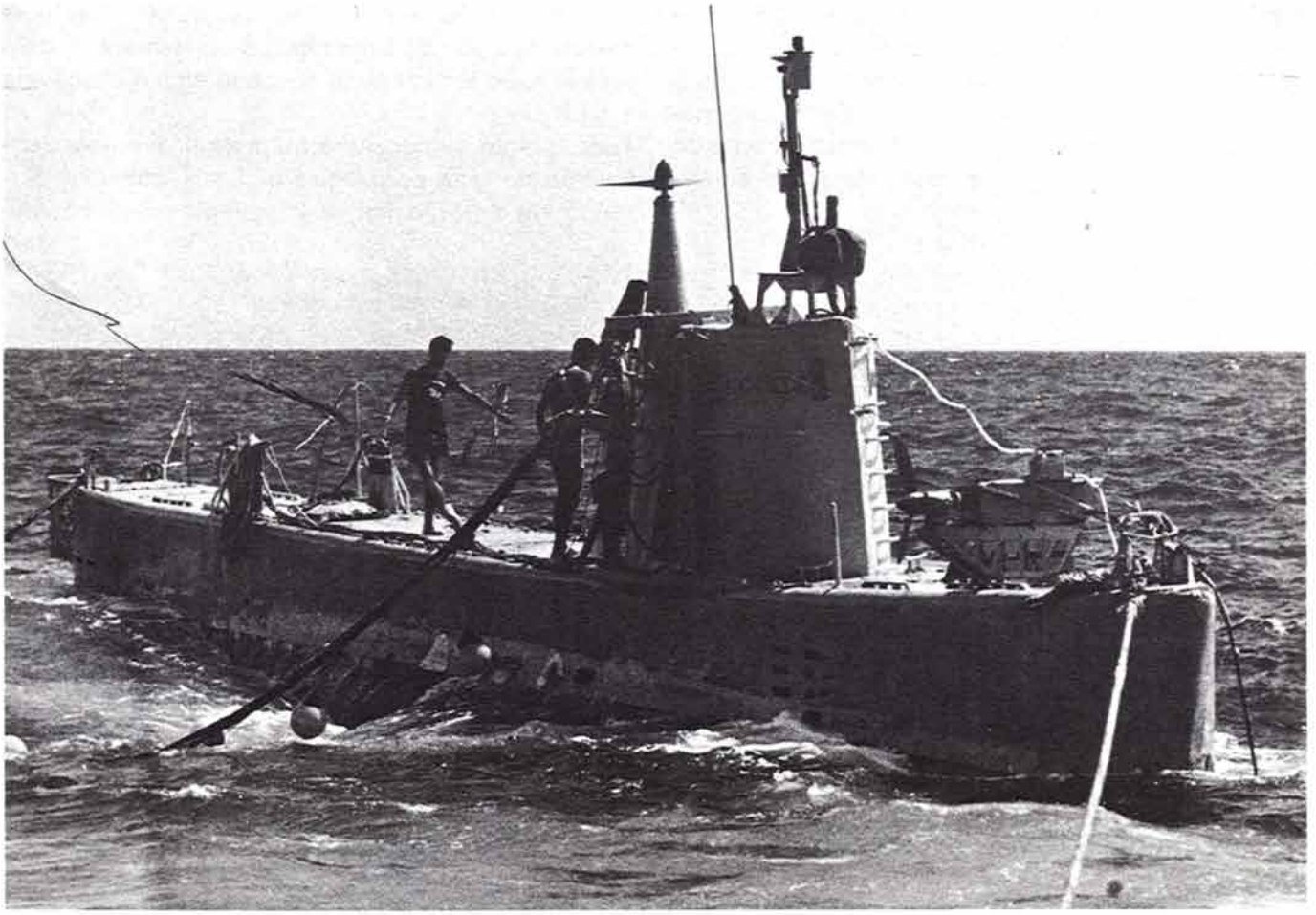
Navio-oceanográfico «Marcel le Bihan» da Marinha francesa, apoio do submersível «Archimède» — o «Yellow Submarine».

Os materiais em fusão ressumando do interior da Terra através desta fenda vão solidificando em contacto com a água, vão-se depositando em forma de rocha que fractura, depois, sob pressão de novas erupções de magma parcialmente fundida e muito quente, num processo que se realiza, necessariamente, com grande lentidão, mas se pode considerar contínuo. Sistemas de detecção extraordinariamente sensíveis e rigorosos permitem registar vários sismos diários com aquela origem. A fenda onde ocorre este processo de cicatrização permanente da quebra da crosta terrestre é considerada do ponto de vista científico como janela aberta para o estudo prático da formação da litosfera, janela onde têm querido debruçar-se os homens de ciência empenhados em desvendar os mistérios de formação do planeta em que vivemos. Até ao presente, todavia, não se resolvera a dificuldade de alcançar o local da acção, a observação local com medições que se aproximassem do metro, ou mesmo do centímetro, em lugar da milha, a observação directa ou a fotografia colorida do chão oceânico em mutação, o registo dos pequenos escorregamentos, das pequenas fracturas diárias que são os sintomas, ou os elementos mensuráveis, do fenómeno, e de modo algum chegavam à superfície.

Navio de pesquisas «Knorr», de 2075 tons. Autonomia 10 000 milhas. Propulsor tipo «Voith» com dois grupos de pás cicloidais, um AV e um AR, permitindo a maior manobralidade. Guarnição de 27 pessoas (civis), trabalhando a bordo 23 cientistas e 12 estudantes (assistentes).
Navegação por satélite, receptores «Mangnavox» e «Ómega». Possui quatro laboratórios, ar condicionado, sistema de estabilização de balanço, poço central de acesso à água, iluminação subaquática.

Tudo quanto se concluíra até hoje ficava pela verificação de uma cordilheira ou «rift» atlântico correndo de norte a sul, exactamente na linha mediana deste oceano. Depois descobriu-se que aquela cordilheira apresentava a linha de cumeada fendida, formando como que pequeno vale sinuoso de cerca de 3 km de largura e não muito profundo. Hoje estuda-se o que se passa nesse vale procedendo ao seu levantamento à escala quase centimétrica, recolhendo amostras para análise química e física, auscultando e gravando os ruídos do seu

(1) *Veja o artigo do cap.-frag. O. Lemos «Origem e Evolução dos Oceanos», publicado no n.º 25 da «Revista da Armada» — Outubro de 1973.*



O batiscafo «Archimède» emergindo após uma descida no vale central da cordilheira atlântica, duzentas milhas a sudoeste dos Açores, em Julho de 1974.

subsolo, filmando, fotografando, cobrindo áreas criteriosamente seleccionadas. Desde a localização inicial dos navios por satélites, com aproximação ao centésimo do minuto, até à posterior manobra de submersíveis especiais, de grandes profundidades, com auxílio de computador, tudo naquela zona atlântica, 350 milhas a sudoeste dos Açores, lembra os cuidados de microscopista à escala planetária.

Os estudos em curso tornaram-se possíveis através da cooperação franco-americana que permitiu reunir, além de disponibilidades financeiras (13 milhões de francos, mais 4 milhões de dólares) o concurso de alguns dos mais eminentes cientistas em ramos que vão da geologia à geofísica, da química à electrónica.

Designou-se a operação de «Famous» (French American Mid Ocean Undersea Study), comparticipando a França com dois navios oceanográficos, o «Marcel Le Bihan» e o «Le Noroit», cada um com o seu submersível de estudo, respectivamente o «Archimède» e o «Cyana», construídos para observação e trabalhos a grandes profundidades (12 mil metros), e os americanos com o navio de pesquisas «Knorr» e o submersível «Alvin», que se apoia no navio-mãe «Lulu».

Esta autêntica frota do aliciante estudo científico do «rift» atlântico, equipada com o que há de mais moderno em sistemas de navegação, de localização em grade, de sondagem, de recolha de amostras, de registo de som e de imagens submarinas, faz base no porto de Ponta Delgada nos intervalos das operações. Foi aqui que, em 31 de Julho findo, o grupo «Famous» promoveu uma conferência de imprensa internacional a que compareceram destacadas figuras das colunas científicas dos maiores jornais do mundo. Por feliz acaso esteve presente, também, a «Revista da Armada» que em próximo número acrescentará esta informação com alguns detalhes sobre a operação em curso.

S. Machado
Cap.-m.-g.

O DIA DAS FORÇAS ARMADAS

Vinte e cinco de Abril será, naturalmente, a partir do próximo ano o DIA DAS FORÇAS ARMADAS e, como tal, condignamente assinalado. Certamente que às indispensáveis cerimónias militares que irão assinalar o dia, outras manifestações se associarão, marcando posição de relevo na gloriosa efeméride. Por tal motivo pensamos que os selos postais têm também um papel importante a desempenhar nessa comemoração, pelo que se impõe desde já aos responsáveis pelas emissões de selos neste país a necessidade de começarem a trabalhar no sentido de, na ocasião, ser posta a circular uma série alusiva ao acontecimento, bem como o respectivo F. D. C. e ainda um «Bloco Filatélico», peça sempre muito interessante, que infelizmente nos últimos anos tem sido esquecida pelos nossos CTT.

É nossa convicção que esta emissão se justifica plenamente e irá ser acolhida com o maior entusiasmo, não apenas porque aquela data é credora desta homenagem, mas porque os selos, quando se ocupam de factos ou acontecimentos relevantes interessam sempre a todos, e muitos são os que no mundo os apreciam e coleccionam.

G. Brandão
2.º-ten. SG

SOBRESCRITOS DO 1.º DIA

Filatelicamente, são considerados sobrescritos do 1.º dia, mundialmente conhecidos por F. D. C. – First Day Cover –, aqueles que são emitidos pelas entidades encarregadas de pôr em circulação novas séries comemorativas e nos quais são impressos motivos alusivos ao assunto focado nos selos respectivos. Para serem considerados como tal, devem ter afixada a série, seguidamente obliterada por um carimbo, também especialmente feito para assinalar o primeiro dia da circulação.

Cremos que o seu aparecimento

foi uma consequência do crescente interesse pela filatelia como meio de cultura e teve como intenção fundamental valorizar e completar o trabalho dos coleccionadores.

A sua aceitação foi a tal ponto que, na actualidade, em todo o mundo, poucas são as séries comemorativas que não se fazem acompanhar do respectivo F. D. C. Em Portugal, o primeiro destes sobrescritos apareceu em 1950, acompanhando a série «Homenagem a Nossa Senhora de Fátima», com que se comemorou o encerramento do Ano Santo, não havendo a assinalar até hoje qualquer quebra de continuidade. Antes, porém, precisamente em 1954, entidades particulares fizeram sobrescritos para a série da «Efígie do Presidente Carmona» que, quanto a nós e salvo melhor opinião, não devem ser considerados autênticos F. D. C. O carimbo para assinalar o primeiro dia da circulação é, no nosso país, aposto nas quatro ou cinco cidades mais importantes mas, com frequência, é feito também para ser usado em outras localidades de qualquer forma ligadas ao facto ou à personalidade homenageada nos selos. Assim aconteceu com a série que assinalou o «V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», que ilustra este apontamento, cujo carimbo foi utilizado em dez localidades.

Este assunto é merecedor de todo o interesse por parte dos coleccionadores, já que as modernas concepções de coleccionação não o dispensam.

G. Brandão
2.º-ten. SG

(Conclusão)

conversa entre marinheiros

Histórias que não se podiam contar... A revolta dos navios de 1936 vista e vivida por alguns oficiais e marinheiros que nela tomaram parte

Vamos ver, finalmente, o que sucedeu a todos estes marinheiros que tiveram a gentileza de vir conversar connosco sobre um assunto que nos pareceu de interesse para a Armada, por ser muito mal conhecido.

Várias outras pessoas podiam, e deviam, ter sido ouvidas também mas, como dissemos, não tivemos a pretensão de fazer a história completa da revolta, apenas esclarecer dúvidas que ficaram em muitos espíritos.

Lembram-se que, nos relatos anteriores, deixámos os comandantes F. Ferreira e C. Carrasco a bordo respectivamente do «Bartolomeu Dias» e do «Dão»; o marinheiro Santos, no Quartel da Trafaria; o marinheiro Borda, na Base dos Submarinos; o marinheiro Barata, no Governo Civil; o grumete Teixeira, num posto da Guarda Fiscal, e o marinheiro Casquinha... empoleirado em cima de uma bóia, fundeada junto à margem norte do Tejo, em frente de Belém.

Vejamos a sorte que o destino lhes reservou. Uma coisa, porém, posso afirmar desde já: apesar de tudo o que passaram, e vou acabar de relatar resumidamente, nenhum deles, pelo que lhes ouvi, perdeu o amor pela Marinha. Assim, mais uma vez se prova aquilo que sempre tenho dito e volto a repetir: quem algum dia teve a honra de vestir a farda de alcaxa ou do botão de âncora jamais deixará de ser marinheiro, mesmo na vida civil... É uma espécie de doença incurável, que não tem nome, mas que sabemos que existe. De tudo o que ficou dito, creio se pode também concluir que um navio é uma máquina de guerra muito perfeita mas extremamente complexa e para ser eficiente tem de ter todos os seus órgãos em acção, devidamente controlados e superiormente comandados. De contrário... é o que se viu! Mais uma vez, vamos ouvir as pessoas ao acaso, sem qualquer ordem de precedência.

JOAQUIM DOS SANTOS, EX-MAR. CM – SENTI-ME QUASE UM ESTRANHO EM LISBOA, AO FIM DE DEZASSETE ANOS NO TARRAFAL...

«Transitei da Trafaria para o Governo Civil, daqui para a sede da P. V. D. E. (Pide), na Rua Serpa Pinto (a que nós chamávamos «Leva da Morte»), depois para a Mitra e, finalmente, para um isolado na Penitenciária. Sempre hotéis de 1.ª, como vê... Depois de submetido a apertados interrogatórios, que visavam sobretudo incriminar outros camaradas, o que não conseguiram, fui julgado no Tribunal Militar Especial de Lisboa, com a seguinte nota de culpa: «Na madrugada de 8 de Setembro de 1936, ter tomado parte activa e importante na rebelião que se deu a bordo dos navios «Afonso de Albuquerque» e «Dão», que se encontravam no porto de Lisboa, e que tiveram de ser reduzidos à obediência pela força, rebelião levada a efeito com o fim de pelo menos atentarem contra o Governo constituido, para o que nela actuaram com armas na mão, dando ordens e intimando outros marinheiros que se encontravam a bordo a executar serviços da sua especialidade, sabendo que um dos fins da rebelião era ser vingado o castigo dado a alguns marinheiros que tinham faltado ao cumprimento dos seus deveres. Constituem tais crimes...»

No Tarrafal. – Um grupo de marinheiros, entre os quais os que foram ouvidos por nós.

Nem Santo António me valeu! Fui condenado a 17 anos e meio (nunca percebi para que foi este meio...) e segui para a «estância turística» do Tarrafal, na ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde. Ali fiquei «hospedado» desde Novembro de 1936 até Setembro de 1953, tratado com tantas «meiguices» que nem as quero lembrar... Nunca mais vi ninguém da minha família, e raramente recebia cartas. A maior parte delas ficavam no caminho... e as que me entregavam vinham cheias de buracos, feitos com uma tesoura. Só o trabalho que eu tinha a ver se adivinhava o que lá viria escrito! Quando eu queria escrever a alguém tinha que o fazer na presença de um agente da P. V. D. E., que no fim levava tudo, a carta e o lápis... Não podíamos escrever a tinta, para eles apagarem mais facilmente o que quisessem...

Senti-me quase um estranho quando regressei a Lisboa, ao fim de 17 anos de ausência. Minha ex-noiva tinha casado, eu próprio a aconselhara a fazê-lo (sabia lá se voltaria!?). Meu pai e minha mãe tinham falecido. Apenas encontrei uma irmã, com quem passei a viver. Entretanto, em 1960, casei e agora vivo só com a mulher, porque minha irmã faleceu também.

Tive muita dificuldade em arranjar emprego, porque a P. I. D. E. continuava a «proteger-me». Ameaçava os que me davam trabalho e estes, com medo, despediam-me. Valeram-me alguns oficiais da Armada que conheci nos navios em que andei embarcado, e me arranjaram uma cédula marítima para trabalhar na Marinha Mercante.

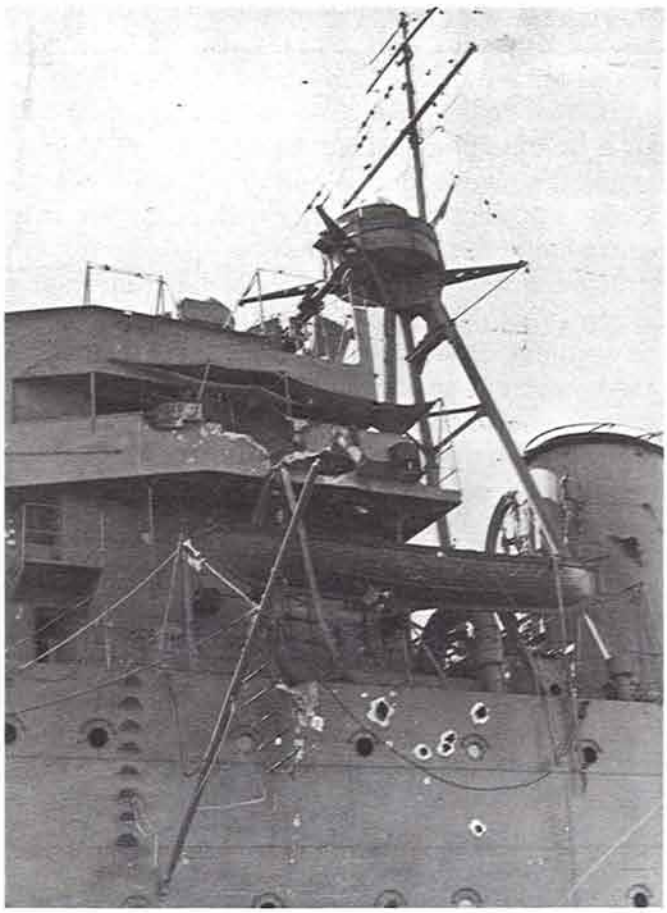
E aqui tem a minha vida, não digo desde pequenino mas desde aquela trágica madrugada de 8 de Setembro. O que fica nas entrelinhas é muito mais do que o que disse... violências, vexames,

porcaria, revolta, amargura, desilusão... enfim, um verdadeiro romance!»

JOAQUIM DE SOUSA TEIXEIRA, EX-GR. T – OITO ANOS DE TARRAFAL, TRÊS NO HOSPITAL E VINTE NA CLANDESTINIDADE COM NOME FALSO.

«Do Posto da Guarda Fiscal, onde é de salientar a maneira amiga como nos trataram – até roupas enxutas nos deram –, fui levado para a Trafaria. É curioso que a escolta do Exército nos levou por caminhos tão desertos que nós chegámos a pensar que nos iam fuzilar nalgum local ermo...
Da Trafaria fui para a Mitra. Deu-se o caso insólito de ali ter encontrado, preso também, um cabo sinaleiro que eu próprio tinha posto sob vigilância a bordo, por não ser de confiança. Há sempre destas confusões!
Finalmente, juntei-me aos outros na Penitenciária... Julgado e condenado a dezassete anos de degredo, segui para o Tarrafal.
Ao fim de oito anos naquele inferno, ou seja, em 1944, regressei a Lisboa por doença. Foi-me extraído um rim, no Hospital de S. José e ali fiquei internado, sob prisão, durante mais três anos. Como qualquer prisioneiro que se preza, não me saía da cabeça a ideia de fugir e, num belo dia de Agosto de 1948, domingo, aproveitando o passeio habitual, escondi-me, vesti as roupas que uns amigos me tinham levado e... cavei! Nunca mais me puseram a vista em cima! Estive uns dias em Lisboa, oculto em casa de gente amiga, e depois segui para o Porto.
Naquele tempo era fácil tirar um bilhete de identidade falso. E foi o que fiz, aproveitando aqueles homens que estavam sempre à porta dos notários para servir de testemunhas. Por poucos escudos deixei de ser quem era e passei a ser o cidadão português Joaquim Aprízido Vilarinho.
E assim vivi vinte anos, em permanente sobressalto, apenas contactando com meu pai por duas ou três vezes.
Em 1968 a pena prescreveu, e eu pude finalmente aparecer à luz do dia, deixando de ser Vilarinho e voltando a ser Teixeira. Tive a impressão de ter ressuscitado! Só então foi possível casar-me e arrumar a minha vida...
Durante os anos que passei na clandestinidade, trabalhei numa empresa têxtil em Matosinhos. Apesar dos jornais terem anunciado a minha fuga, e da poderosa P. I. D. E. estender os seus tentáculos a todos os cantos do País, consegui escapar. Foi uma proeza...»

Pormenores dos danos causados no aviso «Afonso de Albuquerque».



ANÍBAL DOS SANTOS BARATA, EX-MAR. A – AO FIM DE CATORZE ANOS DE TARRAFAL APENAS TINHA A ROUPA QUE VESTIA...

«Do Governo Civil passei para a Esquadra dos Terramotos, onde estive onze dias incomunicável. Dali para a P. V. D. E. (Pide), onde fui submetido a brutais interrogatórios e, finalmente, para a Penitenciária. Seguiu-se o julgamento e a ida para o Tarrafal, com os meus companheiros de desgraça...
Passei ali dez anos e meio de tormentos físicos e morais, que só quem lá esteve é capaz de avaliar... Adoeci, com moléstia que se suspeitava fatal, e por pressão da imprensa clandestina e de alguns jornais estrangeiros fui evacuado para a Penitenciária de Lisboa. Ao fim de três anos de tratamento, e devido à acção do grande oficial da Armada que foi o comandante José Moreira Campos, e do defensor oficioso do Tribunal de Marinha, 1.º-ten. EMQ E. Scarlatti, fui posto em liberdade, no dia 19 de Novembro de 1950.
Quando segui para o degredo deixei para trás, sem qualquer amparo, a mulher, que acabou por sucumbir na mais desastrosa miséria, e um filho de dois anos.
Ao ser libertado, ao fim de catorze anos, nada mais possuía além do fato que trazia no corpo. Por isso, aceitei o primeiro emprego que me ofereceram, onde mal ganhava para comer... Meu filho tinha sido educado num asilo. Casei e passei a ter uma vida normal.
Hoje, com 65 anos de idade e a saúde abalada,

tenho de continuar agarrado à máquina. A vida tem sido muito dura para mim...»

COMANDANTE HENRIQUE JORGE FERNANDES FERREIRA – TRINTA E QUATRO ANOS À ESPERA DE JUSTIÇA!

«Num país onde as coisas caminham tão devagar, veja como o meu caso bateu todos os «records» da burocracia...
A revolta deu-se, como tem sido dito, na manhã de 8 de Setembro. No dia 9, fiz a minha participação escrita acerca dos acontecimentos no «Bartolomeu Dias». No dia 11, saiu o Decreto-Lei n.º 26 995, que autorizava o ministro da Marinha, «sem dependência de qualquer formalidade, a dar baixa às praças e sargentos e a despedir ou reformar os oficiais que, directa ou indirectamente, tomaram parte ou fossem responsáveis pelos acontecimentos ocorridos na manhã de 8 de Setembro de 1936 a bordo do aviso «Bartolomeu Dias» e do contratorpedeiro «Dão».
No dia 17, fui surpreendido com a notícia da minha demissão, publicada nos seguintes termos: «Tendo sido esclarecidos, por meio de auto e de corpo de delito, os factos ocorridos a bordo do aviso de 1.ª classe «Bartolomeu Dias», na noite de 7 para 8 de Setembro do corrente ano, em obediência à resolução do Conselho de Ministros e nos termos do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 26 995, de 11 de Setembro do corrente ano, é demitido de oficial da Armada, a contar do dia 17 do corrente mês de Setembro, o segundo-tenente Henrique Jorge Fernandes Ferreira.»
E assim, mais ou menos numa semana, fui posto na rua, sem ter sido julgado em Tribunal, nem ouvido em auto, como dá a entender o despacho de demissão...
Casado, com uma filha de cinco anos, e sem meios de subsistência, tentei arranjar trabalho. Encontrei sempre muita boa vontade mas... só isso! O medo de desagradar ao Governo era grande, e não passavam do «vamos ver o que se pode arranjar»... «é muito difícil...»
Finalmente, ao fim de ano e meio de luta, consegui emprego na Companhia Nacional de Navegação, embarcando, primeiro como 2.º-piloto no antigo paquete «Niassa» e depois como imediato no «Lourenço Marques».
Ao fim de três anos de embarque, arranjei emprego em terra: 1.º oficial, na Junta Nacional da Marinha Mercante.
O que acabo de contar é muito pouco! O que sofri, moral e materialmente, o abalo psíquico que os acontecimentos me causaram... isso é impossível de descrever.
Aqueles que me conheceram «antes» e «depois» devem ter a noção de se tratar de dois homens diferentes. «Antes», era um jovem oficial, cheio de entusiasmo pela profissão, e de confiança no futuro; «depois», era um homem vencido, clamando por justiça... num deserto!
Apesar disso, pode crer que a Marinha é tudo para mim. Ela não tem culpa do que fazem alguns homens que a servem...
E, já agora, para amenizar, vou contar-lhe como vim parar à Marinha, eu que nasci e vivia em Vinhais, Bragança, onde não chega o cheiro da maresia, nunca tendo sequer visto um navio...!
Aos 12 anos vim a Lisboa para sofrer uma intervenção cirúrgica. Por intermédio de um familiar, regressei ao Porto num contratorpedeiro que transportava correspondência entre as duas cidades por haver greve dos correios. Gostei tanto da viagem e do ambiente de bordo que nunca mais me saiu da cabeça que havia de ser marinheiro.
Mas, retomemos o fio à meada e vamos ao resto, ou seja, a minha difícil e demorada reabilitação. Começou em Maio de 1950. A Assembleia Nacional decretou a Lei n.º 2039, pela qual eram amnistiados «... os crimes políticos e as faltas disciplinares da mesma natureza».
Nos termos dessa Lei, e do Decreto-Lei n.º 39 267, de 26-5-951, aconteceu eu ser reintegrado, no posto de segundo-tenente e na situação de Reserva da Armada.
Esta reintegração era já alguma coisa mas, não era tudo. Porque havia eu de ser reintegrado em segundo-tenente, e não no posto que teria se continuasse ao serviço?
O tempo foi correndo, reuni elementos, e em 1969 fiz mais um requerimento a acrescentar aos que nem resposta tinham tido... Desta vez fui bem sucedido. Melhor até do que eu esperava. O processo foi revisto no Conselho Superior de Disciplina da Armada. Como consequência fui promovido a primeiro-tenente RA, em Janeiro de 1970, frequentei o Curso Elementar Naval de Guerra, e em Julho fui promovido a capitão-de-mar-e-guerra RA, com todas as regalias e direitos, como se tivesse estado sempre ao serviço.
Nunca esquecerei o bom acolhimento que tive da parte de todos os camaradas, tão bom que cheguei a ter a impressão que andei de viagem, uma tormentosa viagem de 34 anos, e que finalmente cheguei a porto de abrigo, são e salvo...»

JOÃO MARIA BORDA, EX-MAR. A – DEZASSEIS ANOS E DOIS MESES DE TARRAFAL E MAIS UM NO FORTE DE PENICHE. LIBERTADO NUMA NOITE DE NATAL.

«Da Base dos Submarinos, em Belém, fui levado para o Governo Civil... em cuecas, descalço e todo molhado. Em seguida fui para a P. V. D. E. (Pide)

onde, por ser conhecido como o principal responsável da revolta, fui tratado com especial «carinho»... Após intermináveis interrogatórios, fui para a Esquadra do Campo Grande, onde fiquei incomunicável e, finalmente, para a Penitenciária. Seguiu-se o julgamento e... vinte anos de degredo em possessão de 2.ª classe!

Estive no Tarrafal dezasseis anos e dois meses, sofrendo, como todos os outros, a mais feroz repressão. Nem vale a pena contar... só visto!

Vim de lá, por doença, para o Forte de Peniche, onde estive mais um ano. Libertaram-me em 24 de Dezembro de 1953, com vários outros companheiros. Ainda hoje estou para saber como aquilo aconteceu! Não esperávamos nada, e preparávamo-nos para passar mais um triste Natal. Há anos que tentavam libertar-nos, por termos direito ao desconto de um terço da pena, mas... ninguém nos ligava nenhuma! Há tanto tempo que não sabia o que era um Natal em liberdade! No Tarrafal eram todos iguais: rancho ligeiramente melhorado e cada um entregue às suas recordações e à saudade da família. Até que enfim ia ter uma noite de Natal como toda a gente. Parecia mentira!

Quando fui degredado, deixei mãe e irmãos na Metrópole. Minha mãe faleceu um ano depois. Foi um grande desgosto para juntar aos muitos que já tinha. Deixei também uma noiva com dezasseis anos (eu tinha 23) que teve a paciência de esperar por mim e é actualmente minha mulher. Tenho apenas um filho com 20 anos, já apurado para o serviço militar. E pronto, agora o que lá vai, lá vai... Haja paciência!»

COMANDANTE ANTÓNIO CORTES CARRASCO – UMA CARREIRA INTERROMPIDA PELA INJUSTIÇA

«Como resultado da revolta do «Dão», a minha vida transformou-se radicalmente.

Depois de entregar um relatório dos acontecimentos (resumidos no n.º 34 da «Revista da Armada») ao comandante, e de, no dia seguinte à revolta ter sido ouvido em auto de ocorrência por um oficial do navio, fui demitido de oficial da Armada, nos termos já relatados pelo comandante Fernandes Ferreira.

No dia 15 o Ministério da Marinha mandou que eu fosse ouvido, como ex-oficial, na Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, precursora da P. I. D. E., o que se verificou no dia 16.

Não houve julgamento pela minha actuação a bordo, nem qualquer outra investigação. O caso estava encerrado, em toda a sua dureza e injustiça. O requerimento a solicitar a minha readmissão na Armada, ao abrigo da lei, não teve qualquer despacho que fosse do meu conhecimento.

Pode calcular o choque provocado num jovem oficial de 27 anos, casado havia pouco mais de um ano, disciplinado, ao ver-se privado de seguir uma carreira que escolhera com entusiasmo, e a braços com uma situação económica para a qual não estava preparado.

Com promessas verbais do Gabinete do Ministro da Marinha de que a minha situação seria resolvida em breve, a condição de desempregado arrastou-se por 13 meses.

Em Agosto de 1937, o chefe do Gabinete, com surpresa minha, por haver outros oficiais mais antigos nas mesmas condições, convidou-me para comandante do navio-oceanográfico «Albacora», como civil, é claro.

A situação difícil em que me encontrava fez-me aceitar o convite para um cargo em que não via qualquer futuro e onde permaneci cerca de quatro anos.

Em Novembro de 1941 ingressei na Companhia de Aviação Comercial Pan American onde me conservei durante mais de 30 anos.

Entretanto, aconteceu ser reintegrado no posto de segundo-tenente RA, como o comandante Fernandes Ferreira.

Discordei dessa reintegração, tal como ele, por não julgar aplicáveis as leis invocadas, solicitando que fosse antes dado provimento ao requerimento apresentado em 1936. Como aceitar uma amnistia para «crimes políticos» ou «falta disciplinar da mesma natureza», se eu não tinha cometido uma coisa nem outra?

Finalmente, em 1969, pareceu oportuno requerer ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46 001, de 2-11-64, ao Conselho Superior de Disciplina da Armada a revisão do processo, a qual foi aceite.

Como resultado, foi revogada a decisão proferida no processo revisto, cancelado o registo da pena e anulados os seus efeitos, e contado todo o tempo que permaneci afastado do serviço.

Fui promovido a primeiro-tenente RA em Janeiro de 1970 e, depois da frequência do 2.º Curso Geral Naval de Guerra desse ano, promovido a capitão-de-mar-e-guerra RA, em Julho do mesmo ano.

Termina assim uma carreira feita quase totalmente afastado da Marinha, com todos os seus efeitos e danos, sobretudo morais, que são aqueles que mais profundamente afectam o nosso ser e que nunca poderão ser compensados.

Conservei sempre um grande ideal pela Armada. Se a tivesse servido totalmente em que medida o teria feito? Não sei se bem se mal. O que sei é que vivi uma carreira interrompida pela injustiça, que desejaria não tornasse a fazer vítimas...»

JOAQUIM GOMES CASQUINHA, EX-MAR. A – MINHA NOIVA ESPEROU POR MIM DEZOITO ANOS

«Claro que eu não fui para cima da bóia por estar cansado de nadar... Fui porque queria ser preso por

Um carro da PSP conduz marinheiros revoltados para o Governo Civil.

gente de marinha. Assim tinha a certeza de não perigar a minha integridade física... E tinha razão. Fui apanhado por uma vedeta da extinta e gloriosa Aviação Naval, que me levou para a Base dos Submarinos. Daqui, juntamente com outros camaradas que a vedeta recolheu, nadando ou boiando com coletes de salvação, fui levado para o Governo Civil.

Iam chegando camionetas transportando marinheiros presos, uns completamente nus e outros quase... Juntaram-nos todos num pátio e levaram a maior parte para a Mitra. Eu e mais quatro – considerados os cabecilhas – escapámos a esse vexame; deram-nos a «honra» de nos levar directamente para a sede da P. V. D. E. (Pide). Passámos ali um dia e, altas horas da noite, transitámos para um calabouço do Governo Civil, onde permanecemos vários dias, misturados com mendigos e vadios. Temos quase a certeza de que entre eles havia agentes da Pide para ouvir as nossas conversas... Os percevejos eram tantos que batíamos as esteiras que serviam de enxerga com um pau de vassoura e apanhávamo-los com uma pá!

Uns doze dias passados sobre a nossa prisão, tivemos «rendez-vous» na Penitenciária.

Seguiu-se a farsa do julgamento, que nem os julgadores levaram a sério, e as condenações, tudo feito num abrir e fechar de olhos. Todos fomos contemplados!

Do que passei nesse famigerado campo da morte lenta que era o Tarrafal e na não menos célebre Fortaleza de Peniche... nem quero falar!

Há uma coisa porém que eu quero realçar. De todos os prisioneiros do Tarrafal, nós, marinheiros, fomos os que mantivemos um comportamento mais digno e os que melhor resistimos. Talvez que a vida do mar nos tenha dado a «endurance» necessária para aguentar os «temporais» da solidão, da impaciência, da tortura física e moral... O mar foi sempre uma grande escola!

Fomos nós que inaugurámos o campo. Embarcámos para lá na madrugada de 19 de Outubro, metidos nos porões de vante do velho «Luanda». O que talvez não saibam é que o Governo, num nítido propósito de ofensa à Marinha, mandou para bordo uma escolta... de Marinha! Isto para nós foi muito bom, pois, apesar de haver agentes da Pide para evitar que mantivéssemos relações – deportados e escolta –, não conseguiram evitar que os componentes desta nos dirigissem palavras de conforto e de esperança...

Para se avaliar bem o espírito de compreensão entre nós, fruto de um arreigado espírito de corporação, basta dizer que, já fundeados no Tarrafal

e prontos para desembarcar, fui chamado à ponte, com mais dois camaradas que comigo constituíam a comissão de ligação entre prisioneiros e o comando. O capitão de bandeira do navio – o falecido comandante Soares de Oliveira –, muito emocionado, agradeceu a nossa boa colaboração no «cumprimento da mais ingrata missão de toda a sua vida». Nunca esquecerei estas palavras que em mim calaram fundo.

Durante o cativeiro perdi meu pai e um irmão. Minha mãe, que dizia nunca mais tornar a ver o seu «querido filho», viveu até aos 84 anos e teve a suprema ventura de ainda me ver alguns anos em liberdade.

Tive grandes dificuldades em refazer a minha vida. Parecia ter saído da prisão com o ferrete do mais desprezível dos homens... Ninguém me dava trabalho. Todas as portas se fechavam aos antigos presos políticos, tal era o medo da P. I. D. E.! Apesar de ter sido libertado na véspera do Natal de 1953, só muito mais tarde consegui emprego, graças a uma jovem que cá deixei, minha noiva, e que esperou por mim dezoito anos, sendo hoje minha mulher.

Não quero terminar sem um sincero viva ao 25 de Abril, tão desejado por todos os marinheiros, que vem abrir caminho à paz, à justiça e à liberdade...»

CONSEQUÊNCIAS DA REVOLTA

Além das que ficaram relatadas nestas conversas, mais as seguintes:

Demitido o oficial de serviço no «Afonso de Albuquerque», segundo-tenente António Dolbert Ferreira Dinis; reformados compulsivamente os comandantes de três navios: capitão-de-mar-e-guerra Augusto de Almeida Teixeira, do «Afonso de Albuquerque»; capitão-de-mar-e-guerra Óscar Manuel de Carvalho, do «Bartolomeu Dias»; capitão-de-fragata César Augusto de Oliveira Moura Brás, do «Dão».

Por me parecer curioso, com sabor quase histórico, damos o texto da portaria de reforma de um dos comandantes de navio (as outras são semelhantes): «Capitão-de-mar-e-guerra Augusto de Almeida Teixeira, no quadro, e que vence o segundo aumento de soldo – mandado passar à situação de reforma ordinária, a contar da data da respectiva portaria, competindo-lhe na respectiva situação a pensão mensal de 613$46, em conformidade com os artigos 6.º, 7.º e 8.º do Decreto n.º 20 247, de 24 de Agosto de 1931, por contar quarenta e nove anos, dois meses e dois dias de serviço para efeitos de reforma, sendo 341$70 de pensão simples; 34$17 correspondentes a 10%; 191$35 correspondentes a 56% e 46$24 relativos a 4346/80 dias de serviço colonial e de campanha.»

Degradados para o Tarrafal as seguintes praças dos navios:

Actualmente vivos: José Barata Júnior e Aníbal dos Santos Barata, do «Bartolomeu Dias»; Luís Marques de Figueiredo, António Dinis Cabaço e Joaquim dos Santos, do «Dão»; António Gonçalves Coimbra, Armindo do Amaral Guimarães, João Faria Borda, António Nunes, Joaquim de Sousa Teixeira, Joaquim Ribeiro, Joaquim Dias e João Galo Gomes, do «Bartolomeu Dias»; José António Filipe, do «Pedro Nunes»; Joaquim Gomes Casquinha e José Neves Amado, do «Afonso de Albuquerque»; João da Silva Campêlo, Josué Martins Romão, António Gonçalves Saleiro e António Fernandes Baptista, do «Bartolomeu Dias».

Já falecidos: no Tarrafal, Cândido Alves Borja, Francisco José Pereira, Henrique do Vale Domingos Fernandes, Jacinto de Melo Faria Vilaça e Joaquim Marreiros, do «Bartolomeu Dias». Sem ser no Tarrafal: Joaquim Jacinto, António Marreiros, Manuel Amado dos Santos, João Maria e Rodrigo Ramalho, do «Bartolomeu Dias»; José Jacinto de Almeida, Tomás Baptista Marreiros, Fernando Vicente e Hermínio Martins, do «Dão».

Além destes, alguns marinheiros foram condenados a degredo em possessão de primeira classe, cumprindo a pena em Angra do Heroísmo (não nos foi possível obter a relação deles).

LIBERDADE

Primeiro os homens
fizeram as mulheres suas escravas
para que fossem só deles!

Depois as mulheres
tornaram os homens seus escravos
para que fossem só delas!

Nunca houve Liberdade sobre a Terra!

Alfeite, Agosto 53.
Cruz Júnior
2.º tenente

No decorrer da prova de salto à vara.

CAMPEONATO DA ARMADA DE ATLETISMO

Na primeira semana de Julho, com reduzido número de atletas e equipas concorrentes, realizou-se no Estádio da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, o Campeonato da Armada de Atletismo de 1974.

Apesar da escassez de participantes, obtiveram-se algumas marcas superiores às de 1973, tendo-se até registado a queda de três «records»: 110 m barreiras, salto em comprimento e lançamento de dardo, que pertenciam ao asp. FZ RN Carapinha (1968), ao 1.º sarg. FZE Vences (1969) e ao mar. M n.º 519/64 (1968), respectivamente.

Dada a ausência de algumas unidades, não houve, este ano, classificação colectiva. Também não se realizaram as provas de 4 x 100 m, 4 x 400 m e lançamento de martelo.

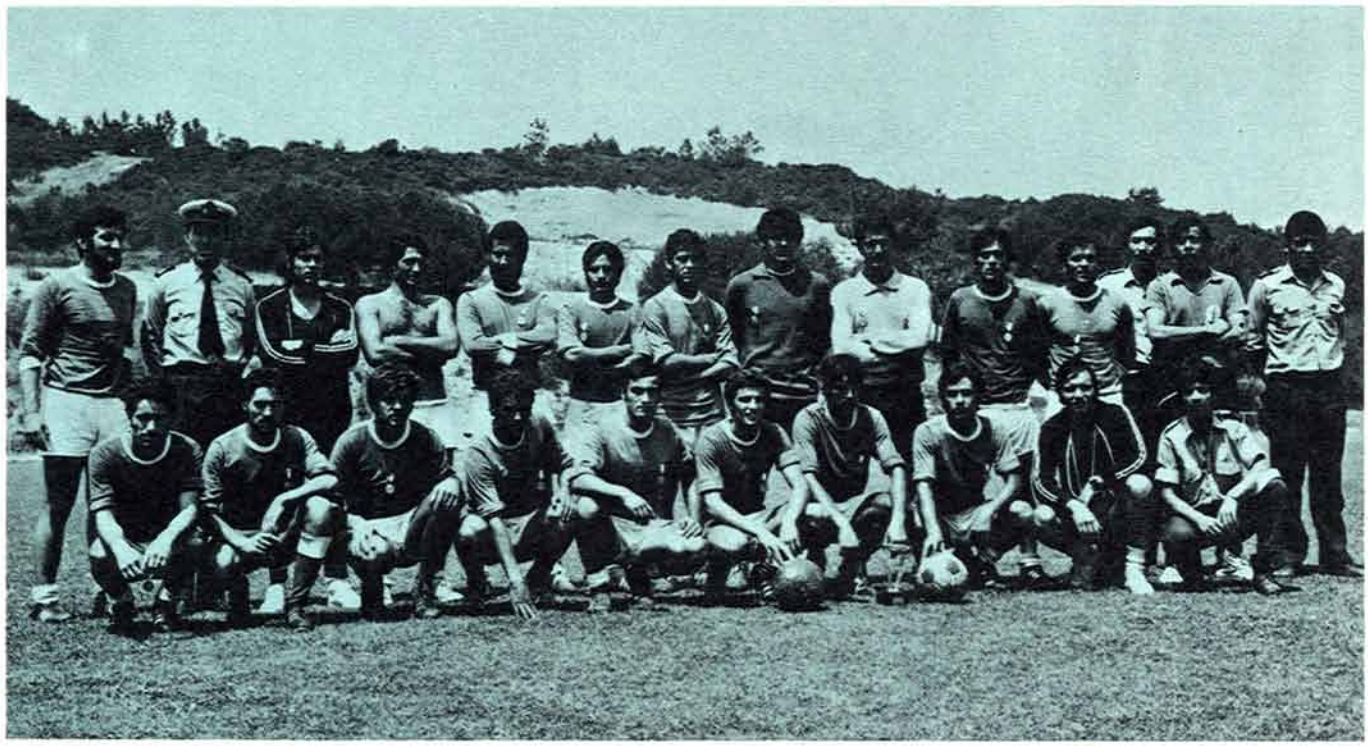
Distinguiram-se o gr. FZ Hilário, vencedor dos três concursos, com «record» no dardo, e um segundo lugar no triplo; o 1.º-sarg. FZE Vences, que obteve dois títulos – triplo e comprimento, de que estabeleceu novo «record» –; o gr. FZ Pereira, ganhando duas provas (200 m e 800 m) e dois 2.ºs lugares (100 m e 400 m); o gr. FZ Gamelas, que conquistou dois títulos (1500 m e 3000 m) e alcançou um 2.º posto (dardo), e o cadete RN Reis, que estabeleceu novo «record» dos 110 m barreiras.

São campeões de 1974:

100 m, Cabo FZ Pinto (Esc. Fuz.), 11, 8 s
200 m, 733/73/Gr. FZ Pereira (DSEF), 24,0 s
400 m, 1177/71/Mar. A Leonel («A. Cast.»), 52,6 s
800 m, 733/73/Gr. FZ Pereira (DSEF), 2 m 14,5 s
1500 m, 575/72/Gr. FZ Gamelas (DSEF), 4 m 25,1 s
3000 m, 575/72/Gr. FZ Gamelas (DSEF), 9 m 25,0 s
5000 m, 3165/73/Gr. C Rocha (BNL), 17 m 15,6 s
110 m barreiras, Cadete RN Reis (DSEF), 16,3 s
400 m barreiras, 597/72/Gr. FZ Sousa (DSEF) 1 m 05,9 s
Altura, Subten. TE RN Duarte (DSEF) 1,60 m
Comprimento, 1.º-sarg. FZE Vences (DSEF) 6,17 m

Triplo salto, 1.º-sarg. FZE Vences, (DSEF), 12,38 m
Salto à vara, 847/67/Mar. S Oliveira (DSEF), 2,80 m
Peso, 1533/73/Gr. FZ Hilário (DSEF), 9,68 m
Disco, 1533/73/Gr. FZ Hilário (DSEF), 32,25 m
Dardo, 1533/73/Gr. FZ Hilário (DSEF), 52,47 m

M. Horta
Sarg.-aj. L



A equipa do G. 2 E. A. vencedora do Campeonato da Armada

O G.2 E.A. É CAMPEÃO DA ARMADA DE FUTEBOL

Numa final emocionante, disputada no dia 26 de Julho nas instalações desportivas da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, a equipa do Grupo N.º 2 de Escolas da Armada venceu a da Direcção do Serviço de Educação Física, sagrando-se vencedora do Campeonato da Armada de Futebol.

O encontro que terminou empatado a 2 golos, após prolongamento, decidiu-se por marcação de pontapés de grandes penalidades.

No nosso próximo número, será publicada uma análise a este Campeonato e ao encontro final, da autoria do 1.º-ten. AN Camillo Alves.

M. Horta
Sarg.-aj. L

II CAMPEONATO DE CORRIDA E ORIENTAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Realizou-se de 8 a 12 de Julho, na zona da Quinta de S. Francisco, a cerca de 50 quilómetros de Mafra, o II Campeonato em epígrafe.

A esta prova, de excelentes características técnico-militares, fez a Marinha representar-se por uma equipa de 7 fuzileiros, obtendo resultados que se podem considerar excelentes, já que da equipa do Exército faziam parte 4 elementos federados.

A equipa da Armada. Da esquerda para a direita: gr. FZ Gamelas, mar. FZ Louro; gr. FZ Pereira, asp. FZ Santos Duarte, gr. FZ Costa, 2.º-ten. FZ Teixeira da Silva (responsável técnico), gr. FZ Esteves e gr. FZ Silva.

O gr. FZ Gamelas, termina a sua prova em 2.º lugar.

Esta competição era composta por 3 provas, duas individuais e uma de estafetas, mas devido a erros de organização que tiveram de ser canceladas duas, tendo a classificação final sido obtida apenas com os tempos de uma única prova individual.

Na base dos tempos obtidos fez-se uma pré-selecção dos 9 primeiros classificados com vista à formação da equipa de 7 elementos que representará as Forças Armadas Portuguesas no Campeonato do Mundo que este ano se realiza de 19 a 23 de Agosto na Áustria.

De lamentar a ausência de mais equipas já que cada ramo das Forças Armadas podia concorrer com duas equipas de 7 elementos, o que mostra talvez um certo desinteresse por este género de provas, ou será reflexo da situação da Educação Física nas Forças Armadas?

A Marinha formou a sua equipa, não sem uma grande dose de «boas vontades», concorreu e saiu prestigiada, importante sem dúvida, mas para quando uma massificação do desporto dentro da Armada?

Classificação individual:

1.º – Furriel mil. Pereira (C. T. S. C./ Exército) 1 h 11m 53 s
2.º – 1.º-gr. FZ Gamelas (E. Fuz./Armada 1 h 21 m 11 s
3.º – Asp. of. mil. Cabral (E. P. I./Exército) 1 h 21 m 49 s
4.º – Mar. FZ Louro (E. Fuz./Armada) 1 h 36 m 16 s
5.º – 1.º-gr. FZ Costa (E. Fuz./Armada) 1 h 38 m 15 s
9.º – Asp. FZ Duarte (E. Fuz./Armada) 1 h 57 m 31 s
10.º – 1.º-gr. FZ Silva (E. Fuz./Armada) 2 h 17 m 57 s
13.º – 1.º-gr. FZ Esteves (E. Fuz./Armada) 3 h 50 m 20 s

Classificação colectiva:

1.º – Exército, 4 h 16 m 00 s
2.º – Armada, 4 h 35 m 42 s

Teixeira da Silva
2.º-ten. FZ

O TORNEIO DE TIRO A CHUMBO NA CORVETA "HONÓRIO BARRETO"

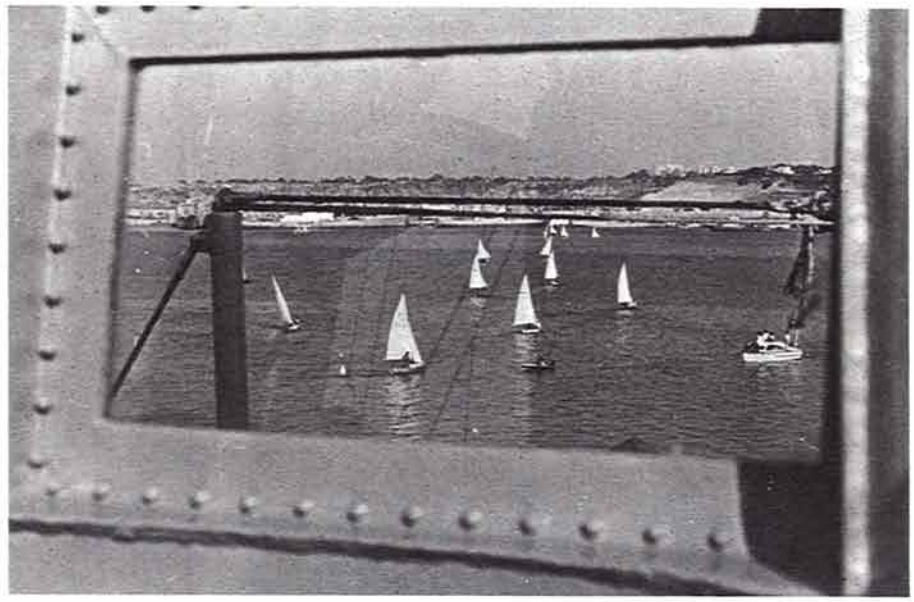
Na corveta «Honório Barreto», em comissão de serviço no arquipélago de Cabo Verde, realizou-se um torneio de tiro a chumbo entre os elementos da sua guarnição, de que damos a classificação dos três primeiros lugares:

1.º – 1.º-sarg. ACM Nunes

2.º – Mar. E n.º 3135/71 Torres
3.º – Mar. A n.º 2651/71 Fernandes.

(Colaboração do Serviço de Bem-Estar do N. R. P. «Honório Barreto»)

VELA EM LUANDA



Integradas nas comemorações do Dia da Marinha, efectuaram-se na baía de Luanda, no dia 8 de Julho, diversas regatas de que apresentamos dois aspectos fotográficos.

(Colaboração do Comando Naval de Angola)

Reportagem

NOVO COMANDANTE NAVAL DE MOÇAMBIQUE

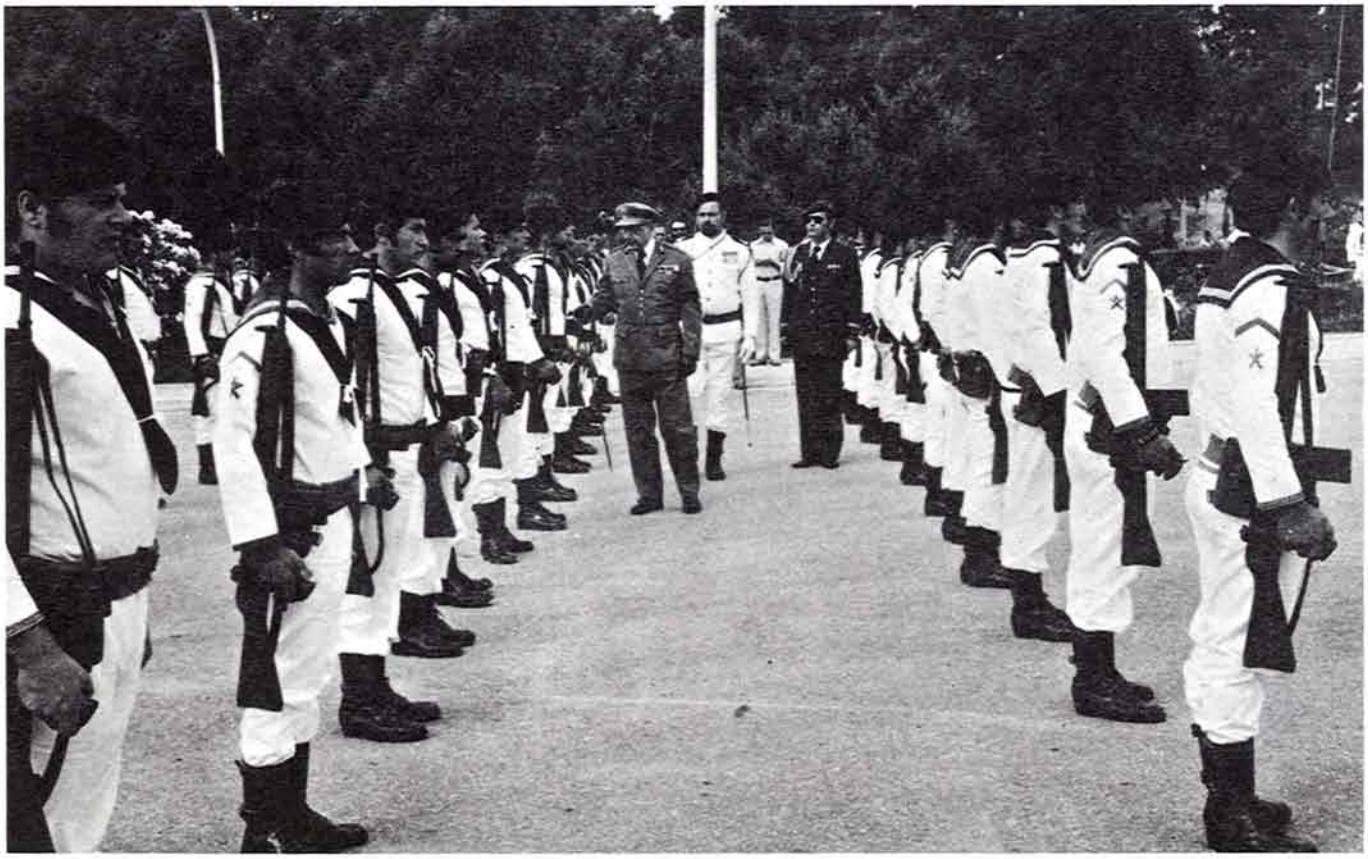
No passado mês de Junho, assumiu as funções de comandante naval de Moçambique o comodoro Esteves Brinca.

A guarda de honra para a cerimónia da posse foi prestada pelo Destacamento n.º 8 de Fuzileiros Espéciais que formou junto ao edifício do Comando Naval.

SESSÃO NO CENTRO DE ESTUDOS DE MARINHA

Decorreu no dia 10 de Julho nas instalações do Museu de Marinha uma sessão plenária do Centro de Estudos de Marinha presidida pelo contra-almirante Sarmento Rodrigues em que foram evocadas por este oficial general e pelos professores Braga Paixão e Hernâni Cidade as figuras dos académicos doutor Oliveira Boléo e Ferreira de Castro, recentemente falecidos, tendo sido exaltados os méritos das respectivas obras.

Foi proferida uma comunicação pelo membro do Centro capitão-de-fragata EMQ Viriato Tadeu, subordinada ao tema «Aspectos da crise do petróleo», em que foram observados os pontos de vista justificativos dos actuais acontecimentos que se prendem com a crise energética, relacionando-os com a evolução da estrutura das companhias petrolíferas multinacionais e os interesses antagónicos dos três principais protagonistas do jogo do petróleo – as companhias, os produtores e o consumidor.

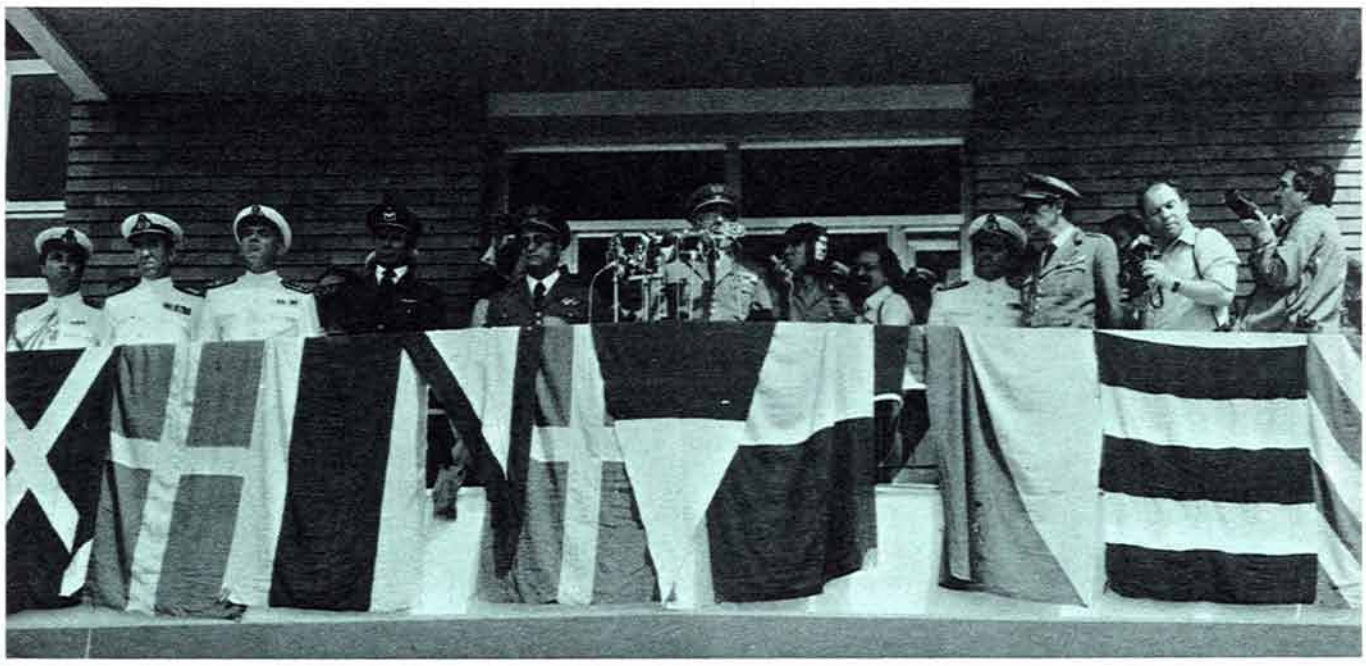


VISITA DO CHEFE DO ESTADO À FORÇA DE FUZILEIROS DO CONTINENTE

A primeira visita efectuada pelo Presidente da República a uma unidade da Armada teve lugar no dia 11 de Julho, na Força de Fuzileiros do Continente, em cuja parada se encontravam formados dois mil marinheiros e fuzileiros.

O Chefe do Estado que era acompanhado pelos generais Costa Gomes, Galvão de Melo e Silvério Marques e pelos vice-almirantes Pinheiro Azevedo e Rosa Coutinho passou revista à guarda de honra, tendo depois desfilado as forças em parada ao som da marcha «Grândola, Vila Morena».

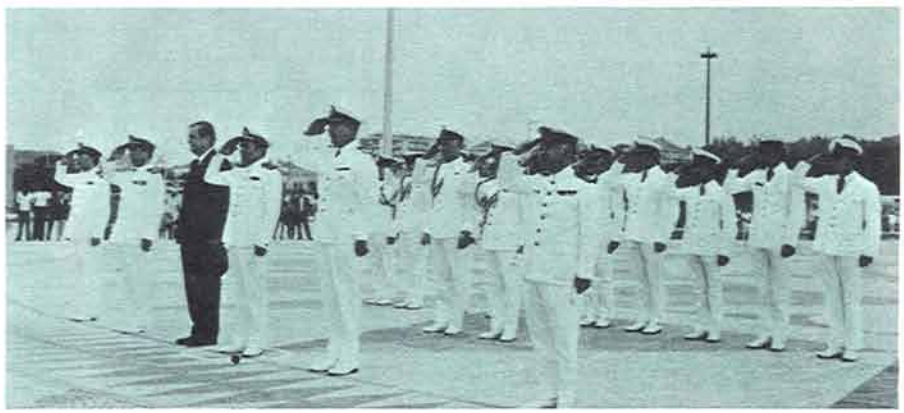
Da varanda do edifício do comando, o general Spínola proferiu importante discurso, após o que regressou a Lisboa com os membros da Junta de Salvação Nacional presentes.



O VICE-ALMIRANTE ROSA COUTINHO PRESIDE À JUNTA MILITAR DE ANGOLA

No dia 24 de Julho, o Presidente da República conferiu posse no Palácio de Belém, do cargo de presidente da Junta Militar de Angola, ao vice-almirante Rosa Coutinho, membro da Junta de Salvação Nacional, que no mesmo dia para ali partiu a fim de assumir as funções do seu cargo.

VISITA A LISBOA DE NAVIOS-ESCOLA



Durante o mês de Julho, o nosso porto foi visitado por dois navios-escola: o «Amerigo Vespucci» da Armada de Itália, de 20 a 25, e o «Deutschland» da Armada da República Federal Alemã, de 26 a 30. Para além das habituais visitas de cumprimentos, foram proporcionados às guarnições daqueles navios passeios e visitas turísticas, bem como a realização de competições desportivas nas instalações do Alfeite.

Ambos os navios efectuaram cerimónias de homenagem aos Navegadores Portugueses junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Belém, cerimónias que tiveram a presença dos respectivos embaixadores, do chefe do Estado-Maior da Armada e de oficiais das armadas daqueles dois países e de Portugal.

Quarto de Folga

NAVEGAÇÃO SEM VISIBILIDADE

Um belo dia, ou melhor, um dia que amanheceu com um nevoeiro de «cortar à faca», daqueles que logo nos trazem à ideia Londres dos crimes impunes pela visibilidade curta, à hora em que os oficiais desejavam seguir de Lisboa para o Alfeite, o patrão de certo gasolina, que não interessa para o caso, homem experimentado, de cãs veneráveis e experiência de «Diogo Cão», dirigindo-se ao oficial mais antigo, honestamente confessou-se com sérias dúvidas de capacidade para atravessar aquele Tejo tão excepcionalmente nevoento naquela manhã, tanto mais que não tinha consigo agulha e não se enxergava um palmo adiante do nariz.

Um oficial muito moderno de então, todo senhor de si, sentindo-se «Vasco-da-Gama-puro», sem mesmo esperar a opinião do mais antigo, que se ia recolher em relfexão prudente para decidir, depois de ter dado uma vista de olhos de entendido ao panorama cinzento, com ar inspirado e seguro, virou-se para o lobo-do-mar e exclamou:

– Deixa isso comigo. Arreda-te daí. Eu tomo conta do leme.

Perante tanta confiança em si próprio e desejo de mostrar a sua capacidade para «navegação sem visibilidade» isto numa época em que nem se pensava em radares nem ajudas à navegação, todos se sentiram dominados por aquela auto-segurança e faltou coragem para objectar qualquer coisa, entregando-se assim àquele exemplo electrizante de auto-confiança, que mais não fosse para não cortar uma brilhante carreira e apreciar a têmpera daquele digno descendente dos descobridores do mundo ignoto.

Levou algum tempo a saber-se o resultado daquela atitude decidida, pois a viagem foi demorada, mas acabou por se saber...

Partiram com o nosso herói ao leme, olhar inspirado, desvendando o nevoeiro.

Algum tempo depois, bastante mesmo, que a expectativa fazia parecer mais, avistaram-se imprecisas arrumações de terra. Alguém, que ainda não identificara a terra, com expressão duvidosa mas algo alvoraçada, exclamou:

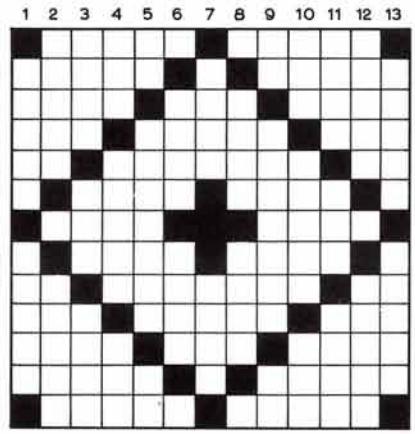
– Parece que chegámos!

– Parece, não... chegámos – exclamou triunfante e sem a mais pequena dúvida o inspirado patrão.

Era a Estação Fluvial de Belém. Para quem queria ir para a margem sul e, se possível, para o Alfeite, o engano não era assim tão grande como seria se tivessem chegado antes à Austrália.

Capt. Zuzara

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Pernil de porco; espreitar. 2 – Desfalecer; versejar 3 – Lama; óxido de cálcio; total. 4 – Moscão do queijo e da carne de porco; rebolar; chefe etíope. 5 – Funesta; categorias; nota musical. 6 – Chefe do Estado-Maior da Armada; líquido gorduroso. 7 – Azáfama; cicatriz da semente no ponto da sua aderência com a placenta. 8 – Porto interior; baliza. 9 – Pronome pessoal (pl.); dá saltos frequentes; entre nós. 10 – Artéria; habitante da Suécia; mágoa. 11 – Coisa nula; cólera; bolo formado pelas apostas dos jogadores. 12 – Agregado; estragos. 13 – Fruto do Brasil do tamanho de uma ginja; loja.

VERTICAIS: 1 – Chama; grande vasilha de aduelas sem tampa. 2 – Nome do primeiro ser vivo que viajou a caminho da Lua; transpirada. 3 – Espírito; de memória; adicionar. 4 – Desejo sexual dos animais; decorações teatrais; nome de mulher. 5 – Atmosfera; latadas; artigo no plural. 6 – Cabeleira; abalei. 7 – Pronuncia; alcançará. 8 – Banda; pedra brilhante, escamosa, de brilho metálico. 9 – Caminhar; pessoa que ralha; doa. 10 – Gracejas; bando; serenidade. 11 – Afeição; carta de uma só folha; monte de areias. 12 – Fiada; o mesmo que cor. 13 – Nivelar; máculas morais (fig.)

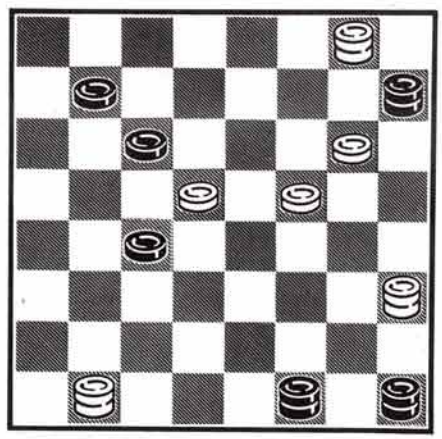
A. A. Leite Ribeiro

(Solução na pág. 34)

Mar. L

DAMAS

(Solução na pág. 34)



Jogam as brancas e ganham.

SABE?

1 – O comandante Roberto Ivens nasceu no Arquipélago dos Açores, na ilha de:
- Santa Maria
- S. Miguel
- Graciosa

2 – A «Crónica de El-Rei D. Fernando» foi escrita por:
- Gomes Eanes de Azurara
- Rui de Pina
- Fernão Lopes

3 – Na Armada que descobriu o caminho marítimo para a Índia, João Coimbra pilotava a nau:
- «S. Gabriel»
- «S. Rafael»
- «Bérrio»

4 – O primeiro chefe da Banda da Armada, foi:
- José de Oliveira Brito
- Artur Fernandes Fão
- António Maria Chéu

5 – O almirante Gago Coutinho, antes da travessia aérea do Atlântico Sul, que o celebrizou, tinha-se distinguido como:
- Hidrógrafo
- Geómetra
- Geógrafo

6 – O autor das «Tábuas Astronómicas», foi:
- Garcia de Orta
- Pedro Nunes
- Abraão Zacuto

7 – O Mosteiro dos Jerónimos foi mandado construir para assinalar a:
- Passagem do Cabo Bojador
- Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia
- Descoberta do Brasil

8 – «Peregrinação», narrativa de viagens pelo Mundo, foi escrita por:
- Diogo do Couto
- Fernão Mendes Pinto
- Fernão Lopes de Castanheda

9 – Angola foi reconquistada em 1648 por:
- Paulo Dias de Novais
- Mousinho de Albuquerque
- Salvador Correia de Sá

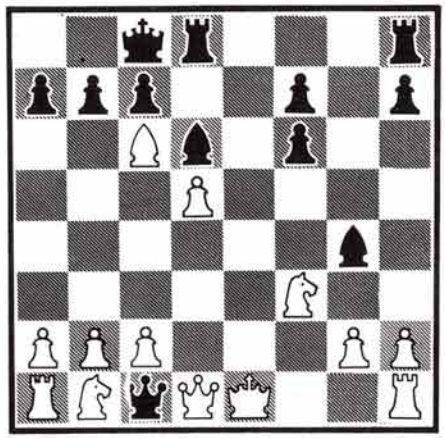
10 – A parte mais oriental do território português é:
- Ilha de Moçambique
- Ilheu de Jaco
- Ilha de Atauro

SEASA
Cabo aux. RA

(Solução na pág. 34)

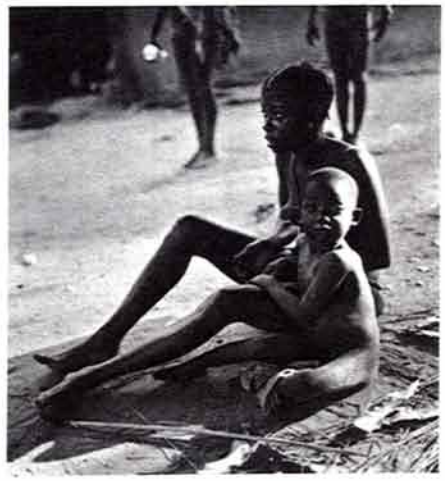
XADREZ

(Solução na pág. 34)



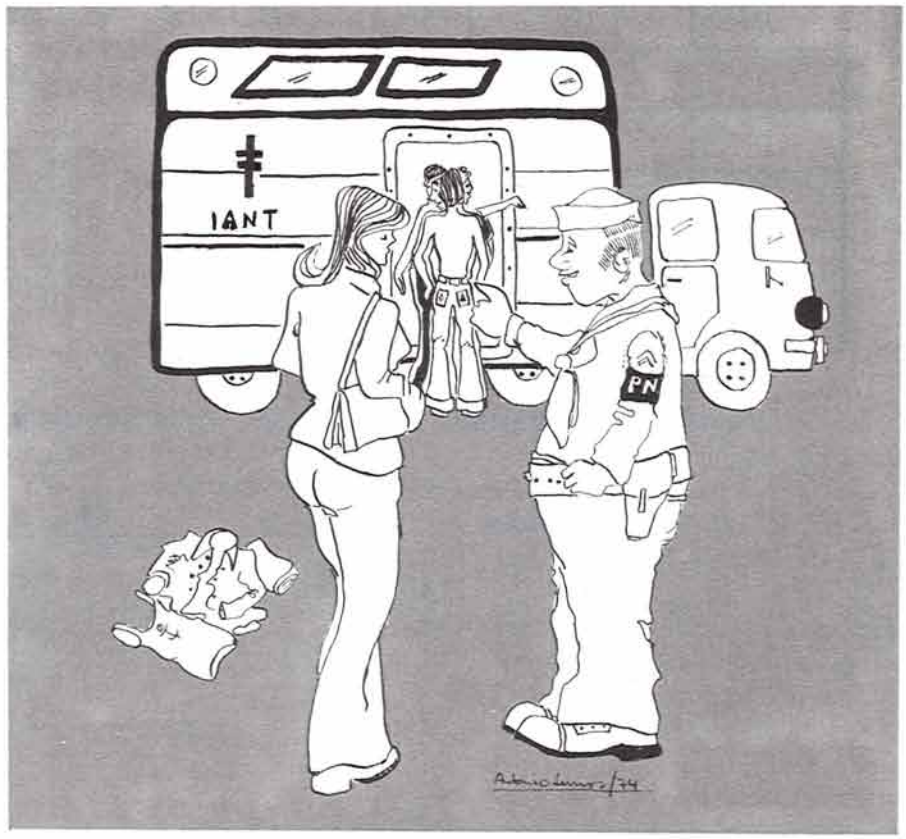
As pretas jogam e ganham.

CONCURSO N.º 36



(Foto do cap.-ten. EMQ Antunes Lourenço)

É atribuído um prémio à melhor legenda apresentada para a fotografia reproduzida.



Tem estado no pátio do Ministério um camião do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos a fazer microradiografias aos mancebos destinados ao recrutamento da Armada. Estes despem-se ali mesmo, entram no camião por uma porta e saem por outra.

Sucedeu que uma candidata, a dactilógrafa do Q. P. C. M. Marinha se dirigiu a uma praça de serviço, estabelecendo-se entre ambos o seguinte diálogo:

Ela:

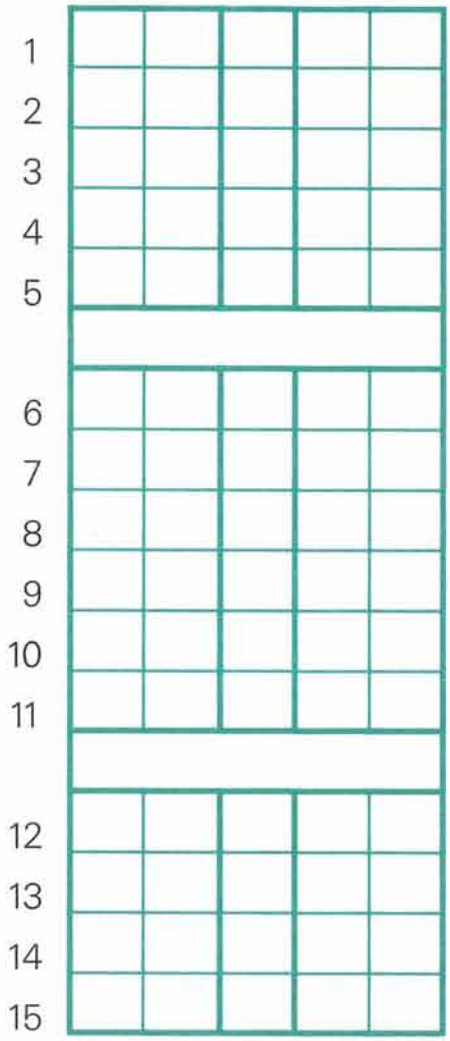
– Fazia o favor dizia-me onde se fazem as inspecções para o Q. P. C. M. M.?

Ele, distraído e sem reparar no «resto», julgando que era um mancebo:

– É aqui, dispa-se da cintura para cima e ponha-se na bicha.

António Lemos
Mar. L.

PILHA DE PALAVRAS



1 – Indigente. 2 – Bebedeira. 3 – Pinheiro. 4 – Indolente. 5 – Barbante. 6 – Combinação. 7 – Amolador. 8 – Mancha. 9 – Negro. 10 – Acúleo. 11 – Bardo. 12 – Passada. 13 – Metal. 14 – Mecha. 15 – Súplica.

Depois de resolvido este passatempo, na coluna central, o leitor encontrará o nome de três rios do Ultramar. Este passatempo apresenta a particularidade das palavras se iniciarem pela letra «P».

Basto Carreira
Cap.-m.-g.

ANEDOTAS

Outro dia num café do Porto, estava um conhecido literato a tentar ler um jornal. Como se esquecera dos óculos, estendia os braços o mais possível, a ver se podia ler alguma coisa. Um empregado do café, ao vê-lo assim exclamou:
– Já vejo que o senhor Galindro é curto de vista...
– Não, senhor – respondeu o literato –, o que sou é curto de braços.

O Juiz:
– Estenda a mão direita até mim e jure dizer a verdade!
O réu estendeu a mão esquerda e ia jurar, quando o juiz lhe disse:
– Eu quero que estenda a mão direita e não a esquerda!
O réu:
– Senhor juiz, se quer que lhe diga a verdade, eu sou canhoto...

À filha de um magnate de cinema deram, na escola, o seguinte tema para uma redacção: «Escreva um conto a respeito de uma família pobre.»
E a menina escreveu:
«Uma vez havia uma família que era pobre. O pai era pobre, a mãe era pobre, o mordomo era pobre, o motorista era pobre e o resto dos criados eram pobres.»

Apresentadas por F. Oliveira
2.º-grumete L

SOLUÇÕES

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 – Lacão; mirar. 2 – Falir; rimar. 3 – Limo; cal; soma. 4 – Açã; rolar; rás. 5 – Má; camadas; lá. 6 – CEMA; óleo. 7 – Fona; hilo. 8 – Rada; meta. 9 – Os; saltita; cá. 10 – Rua; sueca; dor. 11 – Nada; ira; pula. 12 – Adido; danos. 13 – Arasá; bazar.

VERTICAIS: 1 – Falam; dorna. 2 – Falir; rimar. 3 – Alma; cor; adir. 4 – Cio; cenas; Ada. 5 – Ar; ramadas; os. 6 – Coma; alui. 7 – Fala; terá. 8 – Lado; mica. 9 – Ir; ralheta; dá. 10 – Ris; seita; paz. 11 – Amor; ola; duna. 12 – Ramal; color. 13 – Rasar; taras.

DAMAS

	Brancas	Pretas
1.	18-22	25-27
2.	9-6	2-22
3.	29-32 e ganham	
	Se:	
1.	–	25-31
2.	4-18	31-13
3.	9-6	2-22
4.	29-32 e ganham	

SABE?

1 – S. Miguel. 2 – Fernão Lopes. 3 – «S. Rafael». 4 – António Maria Chéu. 5 – Geógrafo. 6 – Abraão Zacuto. 7 – Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. 8 – Fernão Mendes Pinto. 9 – Salvador Correia de Sá. 10 – Ilheu de Jaco, na província de Timor.

XADREZ

	Brancas	Pretas
1.	.....	T e 8 ch/
2.	B x e 8	T x e 8 ch/
3.	R f 2	D e 3 ch/
4.	R f 1	B x f 3
5.	g x f 3	B 5 a
6.	R g 2	T g 8 ch/

(e as brancas rendem-se).

PILHA DE PALAVRAS

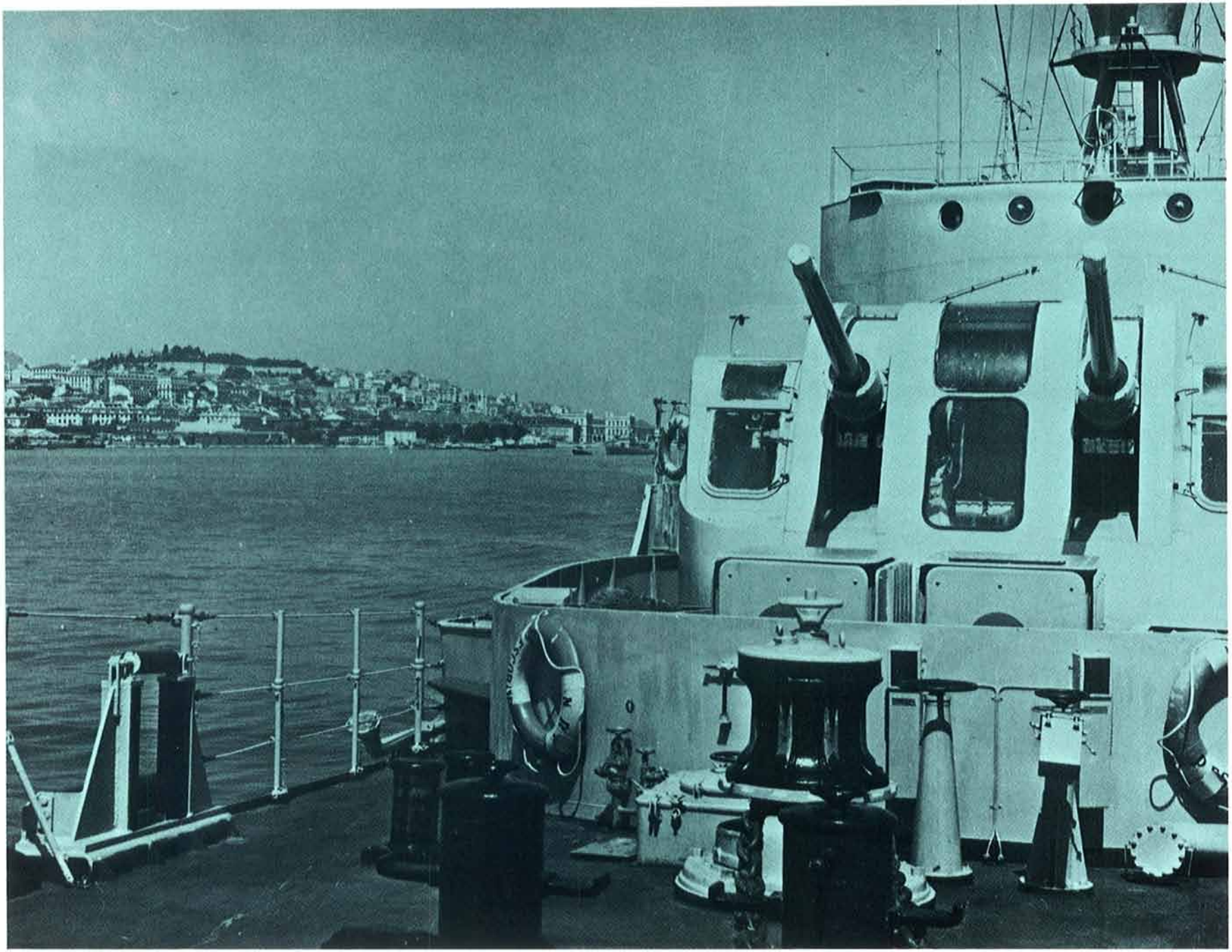
1 – Pobre. 2 – Piela. 3 – Pinho. 4 – Pigro. 5 – Piola. 6 – Pacto. 7 – Piuva. 8 – Pinta. 9 – Preto. 10 – Ponta. 11 – Poeta. 12 – Passo. 13 – Prata. 14 – Pavio. 15 – Prece.

(Bengo, Cunene e Save)

SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 34

Nilo, Sado, Tigre, Níger, Zaire, Quanza, Chari, Reno, Azul, Mississipi, Colorado, Colúmbia, Vermelho, Mondego e Douro.

Vencedor: M. Vieira Rocha, mar. C n.º 1538/72, da Estação Radionaval de Angra do Heroísmo.

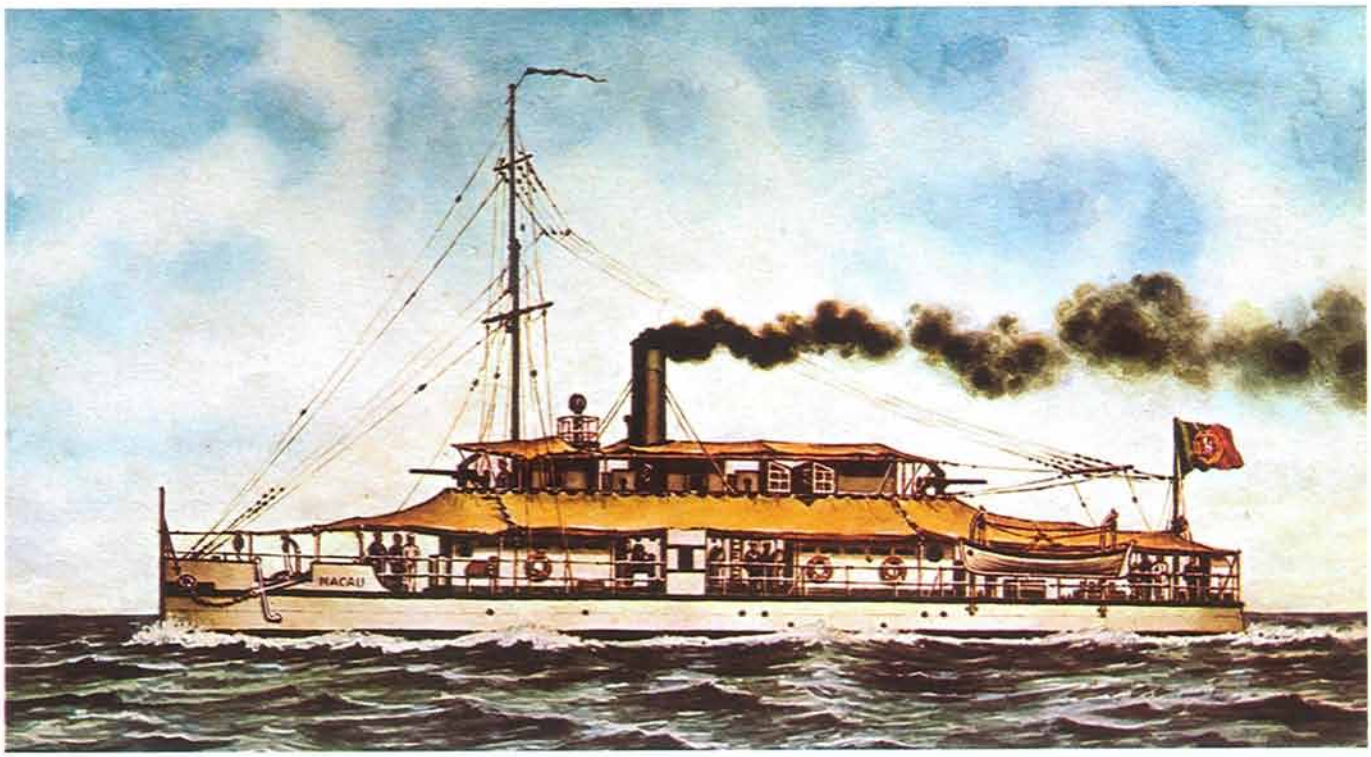


Adeus Lisboa...

(Foto do guarda--marinha EMQ. Costa Ramos.)

NAVIOS da ARMADA

Lancha-Canhoeira "MACAU"



Aguarela de Artur Guimarães.

A lancha-canhoneira «Macau» foi lançada ao mar em 1909. As suas características principais eram: deslocamento máximo: 135 toneladas; comprimento entre perpendiculares: 36,5 metros; boca: 6 metros e imersão máxima: 0,64 metros; as máquinas com uma potência de 2 x 125 cavalos vapor atingiam a velocidade de 12 nós. O armamento da «Macau» era constituído por duas peças semi-automáticas de 57 mm e três metralhadoras de 65 mm. A sua guarnição era composta por 2 oficiais, 4 sargentos, 22 praças e 7 adidos contratados localmente (em Macau, onde este navio sempre fez serviço).

Praticamente a vida do navio começou com a visita a vários portos do rio das Pérolas. Nessa viagem suportou o tufão de 19 de Outubro de 1909, ao largo de Chin-San, que a fez encostar à margem de onde foi socorrida, sem êxito, por lanchas da alfândega chinesa e teve finalmente de recorrer aos meios da Capitania dos Portos de Macau. Conta o comandante da «Macau», no seu relatório, que a lancha-canhoneira francesa «Arguio» encalhou na planície na noite de 19 para 20, apesar de ter três ferros pela proa e máquinas avante, informação recebida posteriormente do comandante francês.

Entre outras comissões, a lancha-canhoneira «Macau» colaborou no levantamento hidrográfico expedito de Macau e imediações (1910) e visitou várias vezes Cantão e Hong-Kong e outros portos da zona em visitas oficiais e de rotina ou transportando o bispo de Macau a portos onde o clero francês disputava a primazia e autoridade daquele prelado.

Por despacho de 9 de Março de 1943, do governador de Macau, foi a lancha-canhoneira «Macau» mandada passar a completo estado de desarmamento. O mesmo despacho estabeleceu o destino a dar ao material recuperável e a venda do navio pela Comissão Reguladora das Importações daquela província.

J. Rodrigues Pinto
Cap.-m.-g. RA